

FACULDADES EST
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA

JAIRON PINHEIRO DA SILVA

COMPETÊNCIAS NECESSÁRIAS
À FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA

São Leopoldo

2015

JAIRON PINHEIRO DA SILVA

COMPETÊNCIAS NECESSÁRIAS
À FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA

Trabalho Final de
Mestrado Profissional
Para obtenção do grau de
Mestre em Teologia
Faculdades EST
Programa de Pós-Graduação em Teologia
Linha de Pesquisa: Ética e Gestão

Orientador: Remí Klein

São Leopoldo

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586c Silva, Jairon Pinheiro da
Competências necessárias à formação e atuação
psicopedagógica / Jairon Pinheiro da Silva ; orientador Remí
Klein. – São Leopoldo : EST/PPG, 2015.
66 p. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Faculdades EST. Programa de
Pós-Graduação. Mestrado em Teologia. São Leopoldo,
2015.

1. Psicologia educacional. 2. Psicologia da
aprendizagem. 3. Psicologia da aprendizagem – Estudo e
ensino. 4. Educação baseada na competência. I. Klein,
Remí. II. Título.

Ficha elaborada pela Biblioteca da EST

JAIRON PINHEIRO DA SILVA

COMPETÊNCIAS NECESSÁRIAS
À FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA

Trabalho Final de
Mestrado Profissional
Para obtenção do grau de
Mestre em Teologia
Faculdades EST
Programa de Pós-Graduação em Teologia
Linha de Pesquisa: Ética e Gestão

Data da Defesa:

Remi Klein – Doutor em Teologia – Faculdades EST

Laude Erandi Brandenburg – Doutora em Teologia – Faculdades EST

DEDICATÓRIA

Dedico carinhosamente este Trabalho Final à tia Sebastiana que sempre “torceu pelo meu sucesso”. Lembro-me dos papos que tínhamos. Eles começavam às 14 horas e iam até às 23 horas (foram vários e serão vários). Eram momentos de reflexão sobre a vida. Isso me dava uma motivação enorme, pois ali estava diante de uma grande professora que foi formada pelas experiências de vida. Falava de literatura, de astrologia, de psicologia, de poesia e de pessoas de sucesso com uma humildade e uma sabedoria imensa e sempre me dizia “um dia você chega lá”. Enfim, esse trabalho tem os dedos dela, porque gosto de pessoas que inspiram, que motivam e que sabem falar de tudo um pouco. Tia Sebastiana é essa pessoa.

AGRADECIMENTOS

Agradecer não é uma tarefa fácil, pois requer atitudes humildes diante daqueles que fazem parte de nossa vida, mesmo com as adversidades e diferenças.

Quero agradecer a Deus por ser fonte de sabedoria e inspiração.

Aos meus mestres da Faculdades EST que, com dedicação, traziam o conhecimento de forma criativa e sempre ouviam os nossos pontos de vistas. Ensinaram-me que aprendemos com as diversidades de pensamento. Em especial ao meu querido orientador, professor Remí Klein, pelas lindas lições pedagógicas. “A boniteza de um sonho”. É assim que sempre me lembrarei dele.

Obrigado à minha mãe por acreditar e orar sempre por mim.

Obrigado aos meus irmãos Dinho, Jaldo, Alexandre e Hiza pelo companheirismo e calor de irmão.

Obrigado às minhas cunhadas (Elaine, Erica e Jessica) por compartilharem os momentos em família.

Quero agradecer à criança mais linda do mundo, Pietro, que veio dar mais significado ao meu mundo.

Um agradecimento bem caloroso ao Edson pelo companheirismo e pela paciência comigo.

Quero agradecer à amiga Maria Isabel por ter compartilhado comigo esse momento acadêmico, pois rimos e aprendemos juntos.

Quero agradecer à prima/irmã Susy pelo acolhimento e pela amizade.

À minha mamãe, Vó Esmeralda, por ter cuidado de mim na infância juntamente com papai Cícero (em memória) que sempre me deram lições de honestidade.

Aos colegas de trabalho da Faculdade JK (Betí, Lilian, Keliâne, Jusci, Lilia e Karina) pelos bons momentos vividos juntos.

RESUMO

Esta produção tem como objetivo discutir a atuação psicopedagógica a partir da aplicação da palavra competência. Nesse sentido pensar na atuação da Psicopedagogia significa pensar em intervenções capazes de interferir nas dificuldades de aprendizagens tendo como pressuposto maior o domínio das técnicas e uma formação ética que seja capaz de pensar da dimensão humana em sua complexidade. Então é preciso discutir uma formação pautada não apenas no domínio dos conhecimentos da área, mas acima de tudo pensar numa vivência profissional que vai além, que tenha os seus fundamentos pautados em uma preocupação com a causa educativa respeitando sempre o sujeito aprendente e seu contexto.

Palavras-chave: Atuação Psicopedagógica. Competência. Intervenções. Dificuldades de Aprendizagens. Sujeito Aprendente.

ABSTRACT

The goal of this production is to discuss the psycho-pedagogic work based on the application of the word competence. In this sense to think about the work of Psycho-pedagogy means to think about interventions that are able to interfere in the learning difficulties having as a greater presupposition the dominion of techniques and an ethical formation which is able to think about the human dimension in its complexity. Therefore it is necessary to discuss a formation that is guided not only by the dominion of the knowledge of the area but above all considers a professional experience which goes beyond, which has its foundations guided by a concern with the educational cause always respecting the learning subject and his/her context.

Keywords: Psycho-pedagogic Work. Competence. Interventions. Learning Difficulties. Learning Subject.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 A BUSCA PELA DEFINIÇÃO DA PALAVRA COMPETÊNCIA	21
1.1 Um caso hipotético	25
1.2 Competências e habilidades em espaços de aprendizagem	29
2 A FORMAÇÃO EM PSICOPEDAGOGIA	33
2.1. Contexto histórico da Psicopedagogia no Brasil.....	36
2.2 ABPq – Psicopedagogia e a regulamentação da profissão	41
2.2.1 Dos princípios	42
2.2.2 Da formação	42
2.2.3 Do exercício das atividades psicopedagógicas	42
2.2.4 Das responsabilidades.....	43
2.2.5 Das publicações científicas.....	43
2.2.6 Da publicidade profissional	43
2.2.7 Dos honorários.....	43
2.2.8 Da observância e cumprimento do Código de Ética	44
3 COMPETÊNCIAS NA ATUAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA	45
3.1 Capacidade de articular as linhas teóricas atuais com outras áreas do conhecimento humano.....	45
3.2 Entender as condições humanas para se construir a aprendizagem	47
3.3 Capacidade de conhecer as diferentes técnicas avaliativas e interventivas que direcionam o trabalho psicopedagógico	50
3.4 Ter compromisso ético e político com a Educação	53
3.5 Dominar os diversos instrumentos avaliativos para um diagnóstico eficaz	54
CONCLUSÃO	59
REFERÊNCIAS.....	61
ANEXO I.....	63

INTRODUÇÃO

A Psicopedagogia vem ganhando cada vez mais espaço no cenário educativo brasileiro e, com isso, há uma busca constante por profissionais que atuem na área, mas que tenham domínio dos fundamentos, dos princípios e das técnicas psicopedagógicas que determinam o fazer clínico nas instituições de ensino, na clínica ou em outros ambientes que trabalham com o processo educativo.

Por ser uma área de atuação recente é preciso pensar que a Psicopedagogia ainda é um campo que precisa ser muito explorado, tanto no aspecto da pesquisa, quanto na atuação prática, tendo em vista que ainda não existe uma identidade profissional totalmente formada, existindo apenas meios não aprofundados capazes de orientar o fazer clínico.

Pode-se dizer que o desconhecimento dessas pode estar mais ligado à cisão constitutiva do sujeito entre conhecimento e desejo do que na pertinência das teorias para abordar o ser humano de forma integrada. A Psicopedagogia vem constituindo seu corpo teórico na articulação da Psicanálise e da Psicologia genética. Articulação que fica evidente quando se trata de observar os problemas de aprendizagens que são a base da atuação psicopedagógica.

Ao pensar sobre atuação do psicopedagogo é preciso inicialmente saber que paradigmas, que filosofias e que técnicas se pode usar no momento de planejar e executar o trabalho psicopedagógico.

Então, precisa-se discutir a práxis psicopedagógica a partir dos conhecimentos e dos processos de aprendizagem nos seus aspectos cognitivos, emocionais e corporais, fazendo da atuação psicopedagógica um caminho capaz de orientar aprendizes que não conseguem acompanhar o cotidiano escolar de forma satisfatória e muitas vezes são excluídos pelos agentes ali envolvidos.

A atuação, tanto no processo normal do aprendizado como na identificação de dificuldades (diagnóstico) e na interferência no planejamento das instituições e no trabalho de reeducação (terapia psicopedagógica), precisa ser vista como meios capazes de melhorar o processo educativo para que o mesmo venha a ser um meio eficiente de se construir conhecimentos, mesmo com as diferenças ali existentes.

Pensar sobre formação psicopedagógica é pensar em desenvolvimento de competências capazes de orientar aqueles que precisam de uma atenção especial

para aprender. Tendo em vista que as razões que determinam o sucesso ou o fracasso escolar de uma criança como fatores fisiológicos, fatores psicológicos, mais precisamente de mobilização, condições pedagógicas e principalmente o meio sociocultural em que vive a criança são diversos e também complexos, tem-se uma certeza de que não há apenas um caminho que leva o psicopedagogo a construir um perfil profissional, pois o corpo estabelece com o mundo relações de forças ativas e reativas.

Pode-se observar que as relações entre essas forças estão interligadas umas às outras e, com isso, pensar na atuação psicopedagógica é demarcar instrumentos de atuação capazes de apontar intervenções seguras que, de um lado, pensem no educando e, do outro, no compromisso ético do profissional de Psicopedagogia, tendo em vista que ele precisa seguir princípios capazes de ver a dimensão humana além do que ela realmente é.

Ao discutir a dimensão do aprender, principalmente daqueles que apresentam alguma dificuldade, significa fazer uma busca científica sobre os conhecimentos que fundamentam a Psicopedagogia e, de certa forma, pensar também a respeito da competência profissional do psicopedagogo, uma vez que ele atua diretamente na intervenção dos problemas de aprendizagem. Para isso, faz-se necessário uma procura consolidada de respostas à pergunta a seguir: Como o profissional em Psicopedagogia deve procurar um aprimoramento formativo necessário à percepção de si mesmo e do outro, enquanto ser individual, social e cultural e no seu papel de psicopedagogo? A busca por essa pergunta é a problemática deste Trabalho Final e, para responder a tal, será necessário construir um panorama de competências/habilidades necessárias, para que assim seja apontada a responsabilidade desse profissional no que diz respeito ao domínio das técnicas de diagnósticos/avaliação e intervenções, traçando assim um perfil profissional ético capaz de respeitar os anseios da profissão, da família do aprendiz e, principalmente, o respeito para com aquele que precisa de um atendimento psicopedagógico.

Diante disso, é preciso pensar sobre as seguintes situações no desenvolvimento deste trabalho: A formação do profissional em Psicopedagogia é capaz de abarcar competências que vão ao encontro do aprendiz com dificuldade de aprendizagem e suas intervenções respeitam a dignidade humana, tendo como base os princípios éticos propostos pela ABPp? Os diferentes estilos de atuação do

psicopedagogo são eficazes ou não para sanar os problemas de aprendizagens que fazem parte do cotidiano educacional e a clínica psicopedagógica é um espaço capaz de respeitar as necessidades de aprendizagem ao usar seus instrumentos de avaliação, uma vez que a atividade em Psicopedagogia apresenta diferentes caminhos teóricos e metodológicos trilhados por cada profissional, sua formação, suas crenças, suas experiências, suas vivências?

Escolher o tema Competências necessárias à formação e à atuação psicopedagógica significa pesquisar sobre dois campos que são estudados separadamente: Competências que está mais ligada à formação de Perrenoud (1998) e atuação psicopedagógica que se volta para as teorias da aprendizagem, mas que se completam na medida em que se pensa numa perspicácia profissional construída na valorização de uma excelência, capaz de buscar uma formação sólida do psicopedagogo.

Inicialmente será necessário buscar o conceito de competência dentro da linha de educação e formação, para depois apresentar os atos que constroem a atuação psicopedagógica.

Classificar as competências como profissionais ou individuais (aquelas relacionadas a indivíduos) significa alinhar esforços para que as mesmas possam ser definidas tendo como foco a construção de objetivos para uma atuação profissional baseada numa ação de causa e efeito.

Esta revisão bibliográfica tem como base principal de fundamentação teórica os seguintes autores a seguir referidos. Não são citados, aqui na introdução, todos os autores, apenas os que foram mais enfatizados, o que não significa que eles sejam menos importantes, sendo citados no desenvolvimento da discussão.

Rios¹ com *Ética e Competência*, Zabala e Arnau² com *Como aprender e ensinar competências*, Perrenoud³ com *Desenvolver competências ou ensinar saberes?* e Luckesi⁴ com *Avaliação da Aprendizagem: componente do ato pedagógico* entram como referências na área de Educação e formam uma base que discute os pressupostos e componentes da noção de competência, assim como os

1 RIOS, Teresinha Azerêdo. *Ética e Competência*. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

2 ZABALA, Antoni; ARNAU, Laia. *Como aprender e ensinar competências*. Porto Alegre: Artmed, 2010.

3 PERRENOUD, Philippe. *Desenvolver Competências ou ensinar saberes? A escola que prepara para a vida*. Tradução: Laura Solange Pereira; revisão técnica: Maria da Graça Sousa Horn, Heloisa Schaan Solassi. Porto Alegre: Penso, 2013.

4 LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da Aprendizagem componente do ato pedagógico*. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

principais fatores que explicam a sua expressão no trabalho e, também, à luz de abordagens cognitivas e suas implicações para a formação de um profissional dentro de um padrão direcionado por esse modelo. As causas e as consequências da atuação psicopedagógica serão enquadradas dentro do pensamento dos autores, procurando organizar/definir ações voltadas para formação do psicopedagogo a partir do entendimento de teorias instrucionais e de aprendizagem, tendo como princípios maiores a atuação profissional/ética psicopedagógica e o aprendiz desse processo.

As abordagens teóricas dadas por Fernandez⁵ servirão de base para mostrar a dinâmica dos processos que permeiam os problemas de aprendizagem e as abordagens clínicas responsáveis pelo processo terapêutico psicopedagógico. Entre as obras da autora que servirão de base para esta pesquisa: *A inteligência aprisionada: abordagem psicopedagógica clínica da criança e sua família*.

Bossa⁶ com *A Psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática* e Fontes⁷ com *Pedagogia e sociedade: história, concepções e contribuições* apresentam os fundamentos da Psicopedagogia e trazem um tratado sobre a formação do psicopedagogo, para intervir nos problemas de aprendizagem a partir de um olhar capaz de perceber o sujeito como ser contextualizado.

A obra de Paín⁸, *Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem*, é outra referência importante nesta pesquisa, pois a autora traz uma forma dialética de como é possível o conhecimento ocorrer. Para tanto, seu texto retoma de forma elucidativa um conjunto de noções provenientes da Psicologia da Inteligência e da Psicanálise. A obra relata os passos brilhantes dos seus estudos sobre a cisão do pensamento humano e o papel positivo da ignorância na conservação das estruturas objetivantes e subjetivantes. Essa abordagem contribuirá para a pesquisa no que diz respeito ao papel do psicopedagogo mediante os desafios a ele apresentados para que assim a visão do aprender se torne algo capaz de orientar um ser com dificuldade de aprendizagem.

⁵ FERNANDEZ, Alícia. *A inteligência aprisionada: abordagem clínica da criança e sua família*. Porto Alegre: Artmed, 1991.

⁶ BOSSA, Nadia Aparecida. *A Psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática*. 4. Ed. Rio de Janeiro: Wak, 2011.

⁷ FONTES, Marisa Aguetoni. *Psicopedagogia e sociedade: história, concepções e contribuições*. 1. ed. São Paulo: Vetor, 2006.

⁸ PAÍN, 1985.

A abordagem dada por Beauclair⁹, com *Psicopedagogia: trabalhando competências e criando habilidades*, entra como eixo reflexivo no campo de atuação do psicopedagogo, pois apresenta uma proposta de construção de competências e habilidades necessárias para um aprendizado permanente, que pode contribuir para a formação do profissional de Psicopedagogia e sua inserção fundamental nos processos educacionais clínicos e institucionais.

Outra referência que será apresentada no Trabalho Final é a análise dos princípios apresentados pelo *Código de Ética da Associação Brasileira de Psicopedagogia (ABPp)*¹⁰ que serão analisados dentro de um panorama histórico, profissional e ético para a compreensão do atuar psicopedagógico no cenário da educação brasileira, repensando, dessa forma, a responsabilidade desse profissional mediante os desafios de uma profissão que ainda não tem uma identidade profissional totalmente formada.

Esta é uma pesquisa bibliográfica que buscará traçar um perfil de formação do psicopedagogo com foco em competências a partir da fundamentação em diversos autores, fazendo um enlace do conceito de competências com a formação psicopedagógica.

⁹ BEAUCLAIR, João. *Psicopedagogia: trabalhando competências, criando habilidades*. 4. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2011.

¹⁰ Texto em anexo no final do trabalho.

1 A BUSCA PELA DEFINIÇÃO DA PALAVRA COMPETÊNCIA

A ideia deste capítulo é tentar buscar uma definição para a palavra competência. Essa que é tão discutida no meio empresarial e, também, no âmbito educativo, mas que não é de uma simples conceituação, pois requer um olhar para algumas ações humanas e suas dimensões sociais, culturais pessoais e principalmente profissionais e políticas.

Para Rios¹¹ competência significa fazer bem numa dupla dimensão: técnica e política. A primeira quer dizer o domínio adquirido na escola juntamente com a habilidade de organizar e repassar de modo que ele faça apropriação em um aprendiz atuante. O outro diz respeito a uma prática política, ou seja, um entendimento das múltiplas relações entre o aprendiz e a sua relação com o social. Partindo desse pressuposto pode-se dizer que existe dentro da conceituação da palavra competência uma dimensão política, tendo em vista que a nossa interpretação de política está relacionada ainda com movimento partidário. Mas é preciso ir além. É preciso pensar em política como responsabilidade e compromisso social que é uma atitude ética.

Falar de responsabilidade como um ato técnico e político requer um conceito mais preciso da responsabilidade social que o indivíduo deve ter para com o meio em que vive e tem como propósito uma atuação ativa.

Essa ideia de responsabilidade, que se encontra articulada com a de liberdade, conceito que representa o eixo central da reflexão ética, ajuda-me a encaminhar esta minha reflexão. Pois responsabilidade está ligada também a noção de compromisso – e esse compromisso traz a marca não apenas da dimensão política, no sentido amplo, mas da moral.¹²

A autora chama atenção para uma competência que se aplica com o compromisso de responsabilidade que se articula com a ética do servir. Mas ainda se faz necessário buscar outras fundamentações para que se possa discutir melhor a palavra competência.

Portanto, a competência é uma espécie de memória da inteligência passada individual ou coletiva, e uma forma de rotinização da colocação do recurso em sinergia. De certo modo, a competência proporciona rapidez, segurança e um custo menor para uma ação cuja realização poderia ser mais lenta e

¹¹ RIOS, 2011, p. 46-47.

¹² RIOS, 2011, p. 52.

menos segura se a pessoa não estivesse treinada a utilizar os menos recursos para enfrentar situações de uma mesma família.¹³

Essa conceituação de Perrenoud deixa claro que ter competência é justamente ter um domínio para uma “sinergia”. Isso significa dizer que a ação desencadeia um fazer (força contagiante) do que se pretende, portanto, o domínio de um conjunto de situações que mostra o saber como ato de prazer. A aplicação oferece a quem a domina um conjunto de aptidões capazes de direcionar uma ação, seja ela profissional ou não, no que diz respeito ao domínio de ferramentas que auxiliam na construção de qualquer atividade de modo eficaz, ou seja, a coisa é feita de maneira normal, como se o indivíduo estivesse realizando uma atividade cotidiana tida como corriqueira.

Luckesi¹⁴ define competência como “a capacidade de fazer alguma coisa de modo adequado, servindo-se, para tanto, de várias habilidades”. Essa definição nos faz pensar sobre o fazer bem e aplicar isso de forma correta numa atitude prática. Ainda para o autor

Habilidades e competências são modos de fazer alguma coisa, recursos cognitivos e procedimentais que implicam ação. Diferenciam-se pela abrangência (a competência é mais abrangente que a habilidade) e pela relação de dependência de uma para com a outra. A posse de uma competência, qualidade complexa, exige a posse de um conjunto de habilidades simples.¹⁵

Esse posicionamento faz-nos entender competência como uma ação de fazer alguma coisa, ou seja, um conhecimento teórico que se aplica a partir de um conjunto de outras ações práticas. O autor aqui, numa visão mais pedagógica, faz-nos perceber a ação de fazer a partir um conjunto de outros mecanismos definido como habilidade.

Perrenoud¹⁶ apresenta a diferença que a formação que se tem nas sociedades tradicionais e nas modernas. Na primeira, desde o nascimento o indivíduo já sabe o lugar a ser ocupado por ele na sociedade, tendo em vista que a repetição do que os pais fazem será a mesma coisa que ele fará, portanto, sem pouca mobilidade, pois as práticas acompanham os costumes sem nenhuma tentativa de mudança, mesmo quando alguém de fora as julga pouco irracionais.

¹³ PERRENOUD, 2013, p. 51.

¹⁴ LUCKESI, 2008, p. 409.

¹⁵ LUCKESI, 2008, p. 409.

¹⁶ PERRENOUD, 2013, p. 29-30.

Assim, esses indivíduos vivem, durante toda a sua vida, apenas com os conhecimentos e as competências adquiridas na infância. Já nas sociedades modernas, o que as pessoas irão fazer quando adultas depende de uma mobilidade social, profissional e geográfica. Nesse contexto ele não consegue mais contar somente com as aptidões adquiridas na infância. A tecnologia, o contato com culturas diferentes e a formação profissional entre outras ações definem o papel do ser humano enquanto ser ativo, assim, a carreira, o desafio e o sucesso profissional entram como prioridades na formação. Com isso, ele não desenvolve apenas uma competência, mas várias competências.

Na vida moderna, é dada uma importância cada vez maior ao projeto, à carreira, ao desafio, ao sucesso material e, ao mesmo tempo, à felicidade, à integração e à autoestima. O indivíduo não quer mais ser objeto, ele quer ser o ator, participar e ser ouvido, em diversas áreas da sociedade.¹⁷

Zabala e Arnau¹⁸ apresentam a definição de competência a partir de uma conceituação geral e abstrata, tendo em vista que pode ser aplicada e servir a qualquer país e situação, inclusive a diversos enfoques socioantropológicos ou filosóficos. Pensando, assim, pode-se dizer que esse conceito se relaciona com a ideia de formação integral do ser humano, mas aplicada a cada realidade humana com o intuito de promover uma atuação social. Com as competências abstratas a pessoa deve desenvolver três eixos fundamentais:

[...] a ideia do que significa ser autêntico, o eu, a visão da sociedade que se quer e o papel que se outorga à natureza, tudo isso a partir de uma perspectiva claramente ideológica que informa os princípios e valores que devem reger cada um destes âmbitos e suas relações.¹⁹

Zabala e Arnau²⁰ neste mesmo contexto apresentam-nos uma conceituação com enfoque no desenvolvimento do ser humano, tendo como princípio as necessidades da pessoa em sua dimensão social, interpessoal, pessoal e profissional. Cada competência por eles apresentadas nos mostra o tipo de pessoal ideal que uma sociedade almeja ter:

- a) Ser competente no âmbito social – essa competência relaciona-se com a ideia de pensar nos ideais de paz, liberdade, equidade e justiça social.

¹⁷ PERRENOUD, 2013, p. 30.

¹⁸ ZABALA; ARNAU, 2010, p. 76.

¹⁹ ZABALA; ARNAU, 2010, p. 77.

²⁰ ZABALA; ARNAU, 2010, p. 78-82.

Essa formação exige do ser humano um olhar e uma atuação participativa na transformação da sociedade para que, assim, o ser humano possa viver de maneira plena com ele mesmo e com o seu semelhante;

- b) Ser competente no âmbito interpessoal – relaciona-se com o bem viver. Nesse sentido é preciso pensar na fragmentação humana provocada pelo egoísmo, pelo consumismo, pela competitividade e pela superficialidade. A formação aqui relaciona-se com a busca de uma comunicação capaz de direcionar as ações humanas para uma vida em harmonia em que o entendimento mútuo e o diálogo sejam capazes de estabelecer boa convivência, compreensão, tolerância e solidariedade;
- c) Ser competente no âmbito pessoal – dizer que o ser humano é competente pessoalmente significa inseri-lo no contexto atual provocado pelos avanços científicos, econômicos e sociais. Assim o autoconhecimento diante das fragilidades naturais e humanas promove a melhor compreensão do ser humano sobre a sua própria pessoa, tornando-o mais responsável, autônomo, cooperativo, crítico em meio às circunstâncias normais e instáveis que fazem parte de sua vida;
- d) Ser competente no âmbito profissional – a ideia de ser competente profissionalmente aplica-se na formação capaz de orientar o ser humano para exercer de forma harmoniosa as suas habilidades específicas de forma responsável, flexível e rigorosa com o objetivo de alcançar uma motivação no desenvolvimento profissional e pessoal. Ainda pode-se dizer que, nesse sentido, a pessoa humana é preparada para exercer suas motivações pessoais não apenas pensando em si mesmo, mas, também, no desenvolvimento da coletividade.

Vale ressaltar aqui uma indagação de Perrenoud a respeito da definição de competência: “Quais são as competências necessárias para que os adultos consigam enfrentar as situações que lhes são colocadas na vida?”²¹ Na discussão para responder a essa pergunta, o autor apresenta-nos uma conceituação cujo

²¹ PERRENOUD, 2013, p. 41.

sentido é de “sair-se bem”, ou seja, o ser humano precisa enfrentar de forma honrosa, inteligente, ética e eficaz as situações que exigem dele a realização de seus próprios projetos para que assim possa ter sentido e sucesso em tudo que realiza.

No que me diz respeito, proponho que falemos de competência quando se trata do domínio global de uma situação, e de habilidades no caso do domínio de uma operação específica que, sozinha, não seria suficiente para enfrentar um conjunto de parâmetros a serem geridos. Assim, as competências estão relacionadas a um conjunto de situações, e as habilidades a operações ou a esquemas que podem funcionar como recursos a serviço de múltiplas competências.²²

Retomando a citação anterior, valer ressaltar novamente a aplicabilidade da palavra competência e, também, de habilidade no que se diz respeito ao significado das palavras no sentido global.

1.1 Um caso hipotético

Para melhor entendimento farei a construção de um exemplo hipotético²³:

Maria é graduada em Pedagogia e Especialista em Psicopedagogia Clínica. Durante o processo de formação na graduação, ela apaixonou-se pelas disciplinas que abordavam Problemas e Dificuldades de Aprendizagem. Esse encantamento fez com que Maria, após o término da graduação, se especializasse em Psicopedagogia Clínica. A segunda formação foi bastante prática, pois o contato com o objeto de estudo (alunos com problemas e dificuldades de aprendizagem) foi de grande valia para que assim ela pudesse entender e aplicar toda base teórica adquirida durante o curso. Após a conclusão da especialização, Maria abre um espaço multidisciplinar para atender crianças de 6 a 11 anos de idade que não estavam tendo um bom rendimento na escola. Dentre essas crianças, entra, como exemplo, a garotinha Alice que chegou ao espaço totalmente tímida. Os pais diziam que ela não conseguia ler, pois já tinha sete anos e conhecia mal poucas letras do alfabeto. Maria então começou todo o processo clínico (olhar interventivo) com Alice. Durante as primeiras semanas, a Psicopedagoga (Maria) foi se aproximando de Alice e, entrando no mundo dela (diagnóstico), entrevistou os pais dela, pediu-lhe desenhos, interrogou discretamente (anamnese) a relação dela com o pai, a mãe, os irmãos, a escola, a professora, enfim, ganhou a confiança de Alice. Enfim, Maria seguiu todos os passos para poder, assim, intervir nas dificuldades de Alice.”

A partir desse exemplo hipotético abriremos uma discussão a respeito do que é ser competente. Buscando, dessa forma, novamente a discussão a respeito

²² PERRENOUD, 2013, p. 49.

²³ Este caso hipotético serve como ilustração para se entender, de forma prática, o conceito de competências e habilidades.

de competências e habilidades. Inicialmente, poderíamos perguntar: Maria foi competente e procedeu estrategicamente quando recebeu Alice em seu espaço multidisciplinar, tendo um olhar interventivo para o problema da garotinha? Para responder a esse questionamento iremos discutir um posicionamento que diz:

Estratégia e competência implicam repertórios de ações aprendidas, autorreguladas, contextualizadas e de domínio variável [...], enquanto a estratégia é uma ação específica para resolver um tipo contextualizado de problemas, a competência seria o domínio de um amplo repertório de estratégias em um determinado âmbito ou cenário da atividade humana. Portanto, alguém competente é uma pessoa que sabe “ler” com grande exatidão o tipo de problema que lhe é proposto e quais são as estratégias que deverá ativar para resolvê-lo.²⁴

A definição dada acima nos faz responder a pergunta tendo em vista que as ações de Maria foram marcadas por repertórios e ações aprendidas e autorreguladas durante a formação, com isso ela usou de estratégias para direcionar a intervenção educativa a partir das técnicas aprendidas e vivenciadas durante o seu processo de formação. As estratégias de Maria foram formadas a partir do que Zabala e Arnau²⁵ chamam de ações formadas pelos componentes atitudinais, conceituais e procedimentais.

Maria, ao ver em Alice a possibilidade de intervir tendo como pressupostos as teorias e as técnicas aprendidas por ela durante a especialização, faz-nos pensar a respeito do que uma competência no âmbito profissional pode representar quando se vai fazer o uso dela. Neste sentido, Rios²⁶ nos fala do saber fazer bem que, segundo ela, tem uma dimensão técnica, pois isso exige o domínio de conceitos dos quais o sujeito necessita para desempenhar seu papel enquanto profissional de uma determinada área. É preciso saber fazer “bem”. A autora chama-nos atenção para o uso da palavra “bem” que, nesse sentido, invoca uso da técnica como recurso de trabalho. Por outro lado, também, nos faz pensar sobre a dimensão “política” de competência que é justamente fazer “bem” o trabalho no sentido de capricho e zelo, tendo como referencial o outro, o social. Assim, Podemos dizer que Maria é competente, pois fez o uso da palavra “bem” nos dois sentidos: no primeiro, apossou-se de uma técnica e fez o uso delas em prol do desenvolvimento de Alice.

²⁴ MONEREO apud ZABALA; ARNAU, 2010, p. 34.

²⁵ ZABALA; ARNAU, 2010, p. 34.

²⁶ RIOS, 2011, p. 47.

A competência é responsável por mostrar aquilo que qualquer um precisa para responder as circunstâncias de que precisa para encarar as diversas situações-problemas com que o ser humano se depara ao longo da vida, sempre na consistência de ações atitudinais, procedimentais e conceituais.

Aqui faz-se necessário novamente voltar a um conjunto de conceituação atribuído por Zabala e Arnau²⁷:

As competências são ações eficazes diante de situações e problemas de diferentes matrizes, que obrigam a utilizar os recursos dos quais dispõe.

Para responder aos problemas que as situações apresentam, é necessário está disposto a resolvê-los com uma intenção definida, ou seja, com atitudes determinadas.

Uma vez mostrados a disposição e o sentido para a resolução dos problemas propostos, com atitudes determinadas, é necessário dominar os procedimentos, as habilidades e as destrezas que a ação que se deve realizar exige.

Para que as habilidades cheguem a um bom fim, devem ser realizadas sobre objetos de conhecimentos, ou seja, fatos, conceitos e sistemas conceituais.

Tudo isso deve ser realizado de forma inter-relacionada: a ação implica integração de atitudes procedimentais e conhecimento.

Vale agora abrir, novamente, uma discussão a respeito do uso das competências no que tange à atuação profissional. Primeiramente, pensar em competências implica em pensar na resolução de problemas e, para que se possa resolvê-los, é preciso ter atitudes pautadas em conhecimentos sistematizados.

O exemplo hipotético faz-nos pensar sobre o significado prático de competência e habilidade, pois aqui é possível refletir sobre diversos momentos da carreira profissional de Maria. Primeiro poderíamos perguntar: Por que Maria é competente? Para responder a essa pergunta é preciso dizer que

[...] a competência não seria um estado de formação educacional ou profissional, nem tampouco um conjunto de conhecimentos adquiridos ou de capacidades apreendidas, mas seria a mobilização e aplicação de conhecimentos e capacidades numa situação específica, na qual se apresentam recursos e restrições próprias à sua especificidade.²⁸

Diante disso podemos dizer que ser competente significa ter atitude para fazer alguma coisa. Maria, no exemplo hipotético, tem um conjunto de conhecimentos teóricos que, de certa forma, só ganharam validação devido à atitude

²⁷ ZABALA; ARNAU, 2010, p. 37-38.

²⁸ ZARIFIAM, 2001; LE BOTERT, 1994 apud ADLER, 2002, p. 42.

dela de colocá-los em prática. Aqui Maria mobilizou-se no momento de aplicar as teorias aprendidas durante a formação em Psicopedagogia. Então é certo dizer que não é preciso apenas ter conhecimentos para se dizer que é competente, mas sim ter uma capacidade de fazer e aplicar aquilo que se tem como teórico, numa vivência prática, tendo em vista que

Uma boa parte da experiência cotidiana consiste na utilização de competência das quais dispomos para resolver problemas e tomar decisões de caráter relativamente banal. Para serem complexas, as situações não precisam ser inusitadas ou extraordinárias. Basta que elas tenham uma dose suficiente de contradições para que seja necessário, a cada vez, um mínimo de raciocínio ou de julgamento para escolher o modo mais indicado para executar a ação.²⁹

Nesse sentido também vale pensar novamente sobre o que Perrenoud diz a respeito de habilidades. Segundo ele, “a habilidade designa um saber processual comprovado, sem julgamentos quanto a sua origem”.³⁰ Aqui é possível discutir competências e habilidades tendo como princípio a construção de um conceito que busca o uso dessas duas palavras (competências e habilidades), sendo, assim, usadas em experiências cotidianas, pois, ao usar competências na execução de uma atividade, sempre há uma procura pelo o caminho mais prático. Já quando se fala de habilidades é preciso dizer que o conhecimento já é estruturado por quem o executa e, assim, o fazer já ocorre de maneira natural.

E que habilidades Maria usou na prática para fazer uma intervenção coerente no atendimento à Alice? O exemplo hipotético é uma forma simples de se pensar no uso de competências e habilidades na execução de um ofício. Primeiro para se fazer bem qualquer atividade precisa-se de um domínio conceitual para se chegar na execução do trabalho. Maria, por exemplo, passou por uma formação que a ajudou a sistematizar conhecimentos que, depois, seriam usados na vivência prática. Nessa vivência prática, existe um elemento que faz toda diferença, que vamos chamar de atitude. Tal é importante porque estabelece relação com os saberes adquiridos que se tornam válidos quando são aplicados na prática; assim “os saberes processuais como habilidades não os desvalorizam, de forma alguma, mas estabelecem de modo precisa o seu status”.³¹ Isso nos faz pensar sobre a

²⁹ PERRENOUD, 2013, p. 42.

³⁰ PERRENOUD, 2013, p. 48.

³¹ PERRENOUD, 2013, p. 67.

aplicabilidade de conhecimento em vivências práticas, pois o domínio das “teorias” serve de base para se executar um ofício.

1.2 Competências e habilidades em espaços de aprendizagem

Em 1990, em Jomtien, na Tailândia, houve a Conferência Mundial de Educação para Todos, promovida pela UNESCO. Naquele evento, definiu-se os quatro pilares da educação: aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a viver com os outros; e aprender a ser. Esses quatro pilares remetem à discussão sobre o ensinar e o aprender por competências, pois envolvem uma teoria e uma prática.

Pode-se perceber que são objetivos que vão muito além da informação ou mesmo do mero desenvolvimento de um conhecimento intelectual. Abarcam toda a formação humana e social da pessoa. É fácil perceber que metas desse porte envolvem conhecimento, comportamento, conceitos, procedimentos, valores, atitudes, saber, fazer e ser. Não podem ser atingidas com um ensino livresco, fragmentado, conteudista, estereotipado, estagnado. Exigem novas perspectivas, uma nova visão da Educação.³²

Aqui o conceito de aprender ganha uma dimensão bem maior, tendo em vista que o que se aprende servirá de orientação para todas as vivências humanas, inclusive para as relações interpessoais. É deixado de lado o aprender tradicional e se dá sentido próprio para a aprendizagem, pois as diversas atividades humanas ganham um sentido contextualizado e interdisciplinar.

Para Luckesi³³, o conhecimento está relacionado com o entendimento da realidade e que não deve ficar apenas retido, mas deve ser utilizado de maneira ativa nas diversas experiências humanas. Pensar educação dessa forma implica em ter um olhar sobre a função que o ser humano tem de transformar a realidade, mas essa transformação só ocorre quando é formado num sistema de aprendizagem reflexiva capaz de direcionar o seu olhar para a sua própria realidade e para a realidade do outro.

O ser humano se constitui em uma trama de relações sociais, na medida em que ele adquire o seu modo de ser, agindo no contexto das relações sociais nas quais vive, produz consome e sobrevive. Com isso estamos querendo dizer que o ser humano emerge no seu modo de ser dentro de um conjunto

³² FELIX, Fabíola Angarten; NAVARRO, Elaine Cristina. *Habilidades e competências: novos saberes educacionais e a postura do professor*. Revista *interdisciplinar*. Univar, 2009. p. 8.

³³ LUCKESI, 2011, p. 128.

de relações sociais. São as ações, as reações, os modos de agir (habituais ou não), as condutas normatizadas ou não, as censuras, as convivências sadias ou neuróticas, as relações de trabalho, de consumo etc. que constituem prática, social e historicamente o ser humano. Numa dimensão geral, o ser humano é “o conjunto das relações sociais” das quais participa de forma ativa.³⁴

O autor apresenta-nos, assim, de forma reflexiva, a função que a aprendizagem tem sobre o ser humano a partir de um olhar para a prática social, não sendo apenas um adestramento intelectual, mas, sim, uma ação ativa capaz de mudar a realidade, estabelecendo sempre uma prática social com o meio e com os outros.

Pensar sobre competências e habilidades no processo de aprendizagem não significa apenas pensar no desenvolvimento de saberes, mas sim em saberes capazes de intervirem nas diversas formas de contato do ser humano com o meio com o outro e com ele mesmo.

Zabala e Arnau³⁵ apresentam-nos o conceito de aprendizagem significativa que, também, se relaciona com a conceituação de competências, pois o ser humano dispõe de muitas aprendizagens, umas mecânicas e outras mais elaboradas. A primeira é apenas um ato memorativo, enquanto que a segunda já é uma busca por aplicar a aprendizagem em contextos diferenciados com o intuito de promover a mudança de que se faz necessário.

Zabala e Arnau³⁶ apresentam-nos os princípios psicopedagógicos da aprendizagem significativa. A tabela abaixo define-os de forma resumida.

Princípios	Características
1 - Esquemas de conhecimento e conhecimentos prévios	São os conhecimentos que a pessoa já tem sobre algum objeto de conhecimento. Isso se chama de conhecimento prévio. Dão partida ao adquirir novos conhecimentos.
2 - Vinculação profunda entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios	O conhecimento é mais significativo quando se estabelece relações do desconhecido com o que já se conheceu.
3 - Nível de desenvolvimento	A aprendizagem depende das capacidades cognitivas que o indivíduo possui até o contato com o novo objeto de aprendizagem.

³⁴ LUCKESI, 2011, p. 138.

³⁵ ZABALA; ARNAU, 2010, p. 93-94.

³⁶ ZABALA; ARNAU, 2010, p. 95-98.

4 - Zona de desenvolvimento proximal	É a distância entre o que se sabe e o que desejar aprender. Superação de desafios.
5 - Disposição para aprendizagem	A aprendizagem é influenciada pelas capacidades cognitivas, vinculadas às capacidades de equilíbrio pessoal, da relação interpessoal e inserção social.
6 - Relevância e funcionalidade dos novos conteúdos	O conteúdo precisa ter significado.
7 - Atividade mental e conflito cognitivo	Reelaboração de esquemas na mente para a construção de significados.
8 - Atitude favorável, sentido e motivação	Um esforço para se aprender a partir de uma atitude favorável para com o objeto.
9 - Autoestima, autoconceito e expectativas	Desenvolvimento de atitudes favoráveis com o que se aprende com o intuito de promover aprendizagem.
10 - Reflexões sobre a metacognição	Capacidade de se refletir sobre a aprendizagem (planejamento, aplicação, avaliação, atuação)

Não se pode falar de competências e habilidades sem se falar no processo de aprender, tendo em vista que as aprendizagens favorecem a construção e a apropriação de competências. Com isso temos de maneira implícita a definição de competências e habilidades.

Considerando competências como conteúdo, conhecimento, teoria e habilidades em ação, elas estão caracterizadas pela função, e as habilidades pela capacidade de ação, sendo estas inseparáveis, logo, a competência é o saber construído, elaborado e desenvolvido pelas muitas descobertas e redescobertas e as habilidades referem-se ao saber quando e como fazer. Fornecer oportunidades espaciais e temporais é fundamental para a conquista de bons resultados nos trabalhos desenvolvidos sob essa perspectiva.³⁷

A definição, na citação acima, aborda, de forma resumidamente, o conceito de competências e habilidades discutidas ao longo deste capítulo e faz-nos entender que elas estão relacionadas às ações humanas tanto nos princípios políticos que se direcionam a uma mudança na estrutura social, como tanto na atuação profissional, porque exige aplicabilidade e atitude de quem as executa.

³⁷ FELIX; NAVARRO, 2009, p. 5.

2 A FORMAÇÃO EM PSICOPEDAGOGIA

Este capítulo tem como objetivo retratar aspectos relacionados à formação psicopedagógica e sua dimensão no que diz respeito à reflexão teórica, procurando, assim, os fundamentos que direcionam o atuar psicopedagógico, nas suas variadas dimensões, para entender a função que ela tem para intervir nos problemas de aprendizagem. Nesse caso é preciso discutir parâmetros como: definição, história, formação, atuação e princípios éticos.

Fontes³⁸ apresenta-nos a definição de psicopedagogia segundo o seu código de ética de 1996 que a nomeia como um campo de atuação interdisciplinar e por ter sua própria metodologia de atuação no que diz respeito ao trabalho com os processos de aprendizagem que levam em consideração as influências da família, da escola e da sociedade. Ainda para a autora, porém, há uma dificuldade em dar uma única nomeação para o termo Psicopedagogia. Isso explica-se tendo em vista que a Psicopedagogia é uma área nova, ou seja, ela ainda não tem uma clareza sobre si mesma, porque abrange ainda um caráter interdisciplinar, apossando-se de fundamentos de Psicologia, Psicanálise, Linguística, Fonoaudiologia, Medicina, Pedagogia, entres outras. Porém, ela tem um ponto definido que é contribuir para a diminuição dos problemas de aprendizagem.

Os diversos autores que tratam da Psicopedagogia enfatizam o seu caráter interdisciplinar. Reconhecer tal caráter significa admitir a sua especificidade enquanto área de estudos, uma vez que, buscando conhecimentos em outros campos, cria o seu próprio objeto, condição essencial da interdisciplinaridade. Ao admitir essa inserção, não nos resta alternativa senão abordarmos a ideia de tratarmos a Psicopedagogia apenas como aplicação da Psicologia à Pedagogia, pois, ainda que se tratasse de recorrer apenas a estas duas disciplinas (o que não creio) na solução da problemática que lhe deu origem - os problemas de aprendizagem-, não seria como mera aplicação que, recorrendo aos conhecimentos dessas duas, pensa o seu objeto a partir de um corpo teórico próprio.³⁹

Percebe-se na citação acima que a autora restringe o olhar psicopedagógico para duas dimensões do conhecimento: a Psicologia e a Pedagogia. Isso significa dizer que o objeto de estudo é definido sobre essas duas óticas, uma vez que “o termo já foi inventado e assinala de forma simples e direta uma das mais profundas

³⁸ FONTES, 2006, p. 18-19.

³⁹ BOSSA, 2011, p. 25-26.

e importantes razões da produção de um conhecimento científico: o de ser meio, o de ser instrumento, para um outro, tanto em uma perspectiva teórica ou aplicada”.⁴⁰

Faz-se necessário aqui citar as abordagens sobre a conceituação e o objeto de estudo na visão de alguns autores da Psicopedagogia.

[...] historicamente a Psicopedagogia surgiu na fronteira entre a Pedagogia e a Psicologia, a partir das necessidades de atendimento de crianças com “distúrbios de aprendizagem”, consideradas inaptas dentro do sistema educacional convencional [...] no momento atual, à luz de pesquisas psicopedagógicas que vêm se desenvolvendo, inclusive no nosso meio, e de contribuições da área da Psicologia, Sociologia, Antropologia, Linguista, Epistemologia, o campo da Psicopedagogia passa por uma reformulação. De uma perspectiva puramente clínica e individual busca-se uma compreensão mais integradora do fenômeno da aprendizagem e uma atuação de natureza mais preventiva.⁴¹

[...] o objeto central de estudo da Psicopedagogia está se estruturando em torno do processo de aprendizagem humana: seus padrões evolutivos normais e patológicos – bem como a influência do meio (família, escola, sociedade) no seu desenvolvimento.⁴²

[...] a Psicopedagogia estuda o ato de aprender e ensinar, levando sempre em conta as realidades interna e externa da aprendizagem, tomadas em conjunto. E, mais, procurando estudar a construção do conhecimento em toda a sua complexidade, procurando colocar em pé de igualdade os aspectos cognitivos, afetivos e sociais que estão implícitos.⁴³

[...] a Psicopedagogia estuda o processo de aprendizagem e suas dificuldades e em uma ação profissional deve englobar vários campos do conhecimento, integrando-os e sintetizando-os.⁴⁴

[...] o objeto de estudo da Psicopedagogia deve ser entendido a partir de dois enfoques: preventivo e terapêutico. O enfoque preventivo considera o objeto de estudo da Psicopedagogia o ser humano em desenvolvimento, enquanto educável. Seu objeto de estudo é a pessoa a ser educada, seus processos de desenvolvimento e as alterações de tais processos. Focaliza as possibilidades do aprender, em sentido amplo. Não deve se restringir a uma só agência como a escola, mas ir também à família e à comunidade. Poderá esclarecer, de forma mais ou menos sistemática, a professores, pais e administradores sobre características das diferentes etapas do desenvolvimento, sobre o progresso nos processos de aprendizagem, sobre as condições psicodinâmicas da aprendizagem, sobre as condições determinantes de dificuldades de aprendizagem. O enfoque terapêutico considera o objeto de estudo da Psicopedagogia a identificação, análise, elaboração de uma metodologia de diagnóstico e tratamento das dificuldades de aprendizagem.⁴⁵

⁴⁰ MACEDO apud BOSSA, 2011, p. 25.

⁴¹ KINGUEL apud BOSSA, 2011, p. 29.

⁴² KINGUEL apud BOSSA, 2011, p. 29.

⁴³ NEVES apud BOSSA, 2011, p. 29.

⁴⁴ SCOZ apud BOSSA, 2011, p. 29.

⁴⁵ GOLBERT apud BOSSA, 2011, p. 29-30.

Essas citações apontadas acima por Bossa mostram-nos que há um ponto comum entre os teóricos no que diz respeito ao objeto que é justamente a busca pelo estudo da aprendizagem humana vista como bastante complexa. Porém os caminhos para se percorrer são diversos tendo em vista, também, a complexidade da dimensão humana: cada indivíduo faz parte de um contexto e, neste, as formas de aprender se diversificam, portanto, as técnicas de orientação também. Essas técnicas podem ter um caráter preventivo e terapêutico. A primeira busca um desenvolvimento saudável do indivíduo; já a segunda busca metodologias adequadas para se alcançar a aprendizagem.

Bossa⁴⁶ aponta que o profissional de Psicopedagogia deve compreender o que o sujeito aprende, como aprende e por que aprende. Isso implica em mostrar que há uma relação entre o psicopedagogo e o sujeito que dele necessita e sempre com o intuito de favorecer a aprendizagem. Nesse sentido, é importante saber a história pessoal do sujeito para que se possa identificar o problema dele. Aqui objeto e sujeito interagem em prol de um objetivo buscando, assim, promover a aprendizagem.

Para se ter uma compreensão melhor a respeito da contribuição da Psicopedagogia na orientação dos problemas de aprendizagem é preciso pensar na contribuição de duas áreas do conhecimento que fundem a atividade psicopedagógica. Em primeiro lugar, pontua-se a Psicologia que contribui no que diz respeito ao entendimento das influências afetivas e representações do inconsciente que dificultam ou interferem no desenvolvimento do aprender.⁴⁷ Em segundo lugar temos a Pedagogia cuja função é

[...] pensar o que é o educar, o que é ensinar e aprender; como se desenvolvem estas atividades; como se desenvolvem estas atividades; como incidem subjetivamente os sistemas e métodos educativos; quais as problemáticas estruturais que intervêm no surgimento de transtornos de aprendizagem e no fracasso escolar; que propostas de mudanças surgem.⁴⁸

A contribuição dessas duas áreas de conhecimento favorece ao campo psicopedagógico dimensões importantes que contribuem para orientar o sujeito enquanto ser aprendente, pois há nelas variáveis que solidificam o olhar para o ser humano enquanto ser individual e coletivo (suas características individuais dentro de

⁴⁶ BOSSA, 2011, p. 11.

⁴⁷ MULLER apud BOSSA, 2011, p. 32.

⁴⁸ BOSSA, 2011, p. 32.

um contexto) e, por outro lado, um ser que aprende a partir das influências de um contexto.

A Psicopedagogia se ocupa da aprendizagem humana, que adveio de uma demanda – o problema de aprendizagem, colocado em um território pouco explorado, situado além dos limites da Psicologia e da própria Pedagogia - e evoluiu devido à existência de recursos, ainda que embrionários, para atender a essa demanda, constituindo-se, assim, em uma prática. Como se preocupa com o problema de aprendizagem, deve ocupar-se inicialmente do processo de aprendizagem. Portanto, vemos que a Psicologia estuda as características da aprendizagem humana: como se aprende, como essa aprendizagem varia evolutivamente e está condicionada por vários fatores, como se produzem as alterações na aprendizagem, como reconhecê-las, trata-las e preveni-las. Esse objeto de estudo, que é um sujeito a ser estudado por outro lado, adquire características específicas a depender do trabalho clínico e preventivo.⁴⁹

Bossa, na citação anterior, mais uma vez aponta a importância que a Psicopedagogia tem na orientação do processo de desenvolvimento da aprendizagem. A autora, ao empregar a palavra “inicialmente”, leva-nos a identificar, portanto, a preocupação maior dessa área que é justamente com os processos que geram a aprendizagem. Assim, aprender não tem um único caminho, mas diversos, tendo em vista a dimensão em que o sujeito se encontra em qualquer contexto social. Aprender exige técnicas, principalmente para quem apresenta maior dificuldade.

2.1. Contexto histórico da Psicopedagogia no Brasil

Sabe-se que a preocupação com aprendizagem humana e seus problemas teve início na Europa no século XIX por profissionais da Educação, da Filosofia e da Medicina, mas sem uma preocupação sobre os questionamentos dos problemas de aprendizagem.⁵⁰ Esses ideais foram marcados pelas ideias iluministas. Naquela época, os problemas de aprendizagem possuíam uma conotação negativa, nomeadas pelos médicos como “anormalidades patológicas”. Isso significa dizer que a visão biológica sobre o problema de aprendizagem tinha uma influência maior para explicar os problemas de aprendizagem. Neste período, a Psicologia é marcada pelas ideias de Francis Galton (1822-1911) que cria “a eugenia” uma ciência que

⁴⁹ BOSSA, 2011, p. 32-33.

⁵⁰ BOSSA apud FONTES, 2006, p. 45.

tinha como objetivo controlar e dirigir a evolução humana, com intuito de aperfeiçoar a espécie através de indivíduos escolhidos para esta situação.⁵¹

Galton desenvolveu na Psicologia as ideias sobre inteligência herdada a partir de testes mentais que marcaram época na última década do século XIX em diante. Tinha como objetivo medir a capacidade intelectual e comprovar que a mesma possuía uma determinação hereditária. Procurava assim, aproximar a Psicologia das Ciências Biológicas. Portanto, a Psicologia diferencial, na medida em que procurava quantificar dados psicológicos de comportamentos, funcionou com um reflexo do Esclarecimento adaptando a Psicologia à ciência da época.⁵²

Mais tarde Galton também reconhece outras influências nos problemas de aprendizagem, pois atribui, também, que a distribuição de dons e talentos acontece de forma aleatória entre família.

[...] numa ordem social em que o acesso aos bens materiais e culturais não é o mesmo para todos, o talento é muito menos uma questão de aptidão natural do que de dinheiro e de prestígio [...] o erro está em acreditar que é natural o que, na verdade, é socialmente determinado.⁵³

Essa citação remete-nos a um conceito de aptidão que é utilizado atualmente para medir o desenvolvimento de aprendizagem de ensino. Esse conceito é bastante biologizado, ou seja, “aptidão, hereditariedade, seleção, fazem, pois, parte do mesmo campo semântico, no momento em que crescem as exigências em matéria de ensino”.⁵⁴ Aqui ainda tem-se a Psicologia com a função de manter a ordem social, pois era vista como uma ciência responsável por detectar as verdadeiras aptidões, assim, nesse sentido, ela não exercia a sua função política, pois definia aptidões a indivíduos definidos. “É importante notar-se que a Psicopedagogia não está caminhando no mesmo sentido [...]”⁵⁵

Vale ressaltar neste período o surgimento dos médicos-pedagogos, entre eles temos: Itard, Pestalozzi, Pereire e Séguin. Entre eles acrescenta-se também a presença de Maria Montessori, psiquiatra italiana, que cria o método sensorial, que tinha como intuito atender crianças com deficiência mental, mas hoje utilizado em muitas escolas como ‘método’. Esse momento é marcado por influências da Medicina e das Ciências Biológicas: “visão orgânica das aptidões humanas

⁵¹ PATTO apud FONTES, 2006, p. 51.

⁵² FONTES, 2006, p. 51.

⁵³ PATTO apud FONTES, 2006, p. 51.

⁵⁴ BISSERT apud FONTES, 2006, p. 52.

⁵⁵ FONTES, 2006, p. 52.

envolvidas por ideias racistas”.⁵⁶ Já na passagem do século XIX para o século XX, “essas ideias são acrescidas da influência ambiental”.⁵⁷ Surgem as classes especiais que atendiam crianças asiladas com o intuito de tratar problemas psíquicos, pois se acreditava que essas crianças poderiam ser escolarizadas de alguma forma. Aqui a Psicopedagogia tem uma função reeducativa, cuja finalidade não era com a aprendizagem, mas criar situações adaptativas para que esse indivíduo pudesse viver em sociedade.

As reflexões anteriores servem de panorama para podermos entender a presença da Psicopedagogia no Brasil e suas influências que vêm diretamente da Argentina, favorecidas pela proximidade geográfica e, também, pelo acesso fácil às teorias devido à proximidade das línguas, ambas de cunho latino.

Muitos profissionais argentinos encontram-se em nosso País, pós-graduando-se em Psicologia, Psicanálise e mesmo em Pedagogia. Esses argentinos, em geral, acabam por ministrar cursos e chegam a ocupar um considerável espaço no nosso mercado de trabalho. Além disso, encontramos trabalhos de autores argentinos na literatura brasileira, os quais constituem os primeiros esboços no sentido de sistematizar um corpo teórico próprio da Psicopedagogia. Vale citar: Sara Paín (Diagnóstico e Tratamento dos problemas de Aprendizagem, Psicopedagogia Operativa e a Função da ignorância), Jorge Visca (Clínica Psicopedagógica e Psicopedagogia: Novas contribuições), Alicia Fernandez (A inteligência Aprisionada) e outros, com diversos artigos publicados em revistas especializadas.⁵⁸

Essas obras servem de base teórica para os cursos de formação em Psicopedagogia aqui no Brasil. A literatura argentina tem, por vez, seus fundamentos teóricos marcados pela literatura francesa. Nomes como Jacques Lacan, Janine Mery, Maurice Debasse, George Mauco, Pichon–Rivière entre outros são citados nas pesquisas argentinas. Vale aqui dar uma ênfase a dois teóricos: Janine Mery e George Mauco. A primeira que faz considerações a respeito da origem das ideias psicopedagógicas na Europa; o segundo foi fundador do primeiro centro médico-psicopedagógico na França, apresentando, assim, as primeiras tentativas de articulação entre as áreas de Medicina, Psicologia, Psicanálise e Pedagogia para explicar/solucionar problemas de comportamentos e aprendizagem.⁵⁹

A teórica Janine Mery adota o termo Psicopedagogia curativa para definir a ação terapêutica, caracterizando-a a partir de aspectos pedagógicos e psicológicos

⁵⁶ FONTES, 2006, p. 53.

⁵⁷ FONTES, 2006, p. 53.

⁵⁸ BOSSA, 2011, p. 55.

⁵⁹ BOSSA, 2011, p. 57.

no tratamento de crianças com problemas de aprendizagem na escola.⁶⁰ De acordo com a autora, esses educandos “experimentam dificuldades ou demonstram lentidão em relação aos seus colegas no que diz respeito às aquisições escolares”.⁶¹

Na França em 1946 cria-se os Centros Psicopedagógicos que têm como intuito ajudar crianças com problemas escolares e comportamentais a melhorarem seu desenvolvimento escolar. Assim, cria-se uma equipe formada por psicólogos, psicanalistas e pedagogos.

A Psicopedagogia na Argentina passou a existir a mais de trinta anos a partir da criação do curso na Universidade de Buenos Aires (UBA) que também formava profissionais de outras áreas.

Na prática, a atividade psicopedagógica iniciou-se antes da criação do próprio curso. Profissionais que possuíam outra formação – como, por exemplo, formação em Filosofia, entre eles Sara Paín – viram a necessidade de ocupar um espaço que não podia ser preenchido pelo psicólogo nem pelo pedagogo. Desta maneira, começaram fazendo reeducação, com o objetivo de resolver fracassos escolares. Trabalhavam-se as funções egoicas, como memória, percepção, atenção, motricidade e pensamento, medindo os déficits e elaborando-se planos de tratamento que objetivavam vencer essas faltas.⁶²

Naquele momento, os psicólogos argentinos não tinham permissão para clinicar e isso fez com eles criassem (a partir de um olhar educativo) métodos para trabalhar com crianças com problemas de aprendizagem. Isso fez com que surgisse a Psicopedagogia. Nesse contexto, surge a Faculdade de Psicopedagogia com três momentos distintos: o primeiro foi a criação dos planos de estudo em 1956, 1958 e 1961 com abordagem filosófica, psicológica e biológica; o segundo foi a criação da Psicologia Experimental na formação psicopedagógica nos anos de 1963, 1964 e 1969 (com objetivo de uma formação profissional) e o terceiro momento, em 1978, com a criação da graduação em Psicopedagogia (que tem duração de cinco anos).⁶³

Agora, vamos nos reportar à Psicopedagogia no Brasil. Ela é demarcada pela Resolução nº 2473/84, tendo como incumbência profissional aprovada pelo Ministério da Educação que direciona o trabalho do psicopedagogo tanto para a área da educação quanto da saúde quando o foco é a aprendizagem e, assim, busca atuar de forma preventiva ou assistencial em espaços públicos e privados.

⁶⁰ MERY apud BOSSA, 2011, p. 57.

⁶¹ MERY apud BOSSA, 2011, p. 57.

⁶² BOSSA, 2011, p. 63.

⁶³ BOSSA, 2011, p. 63-64.

Na década de 1960, a Psicopedagogia no Brasil passou a ver os problemas de aprendizagem associados à disfunção neurológica mínima. Antes, em 1958, surge o Serviço de Orientação Psicopedagógica da Escola de Guatemala (Escola Experimental do INEP - Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais do MEC) no Rio de Janeiro. Esse serviço tinha como foco a melhoria da relação entre professor e aluno. Já na década de 1970, um grupo de professores preocupados com a evasão e a repetência começaram a desenvolver estudos das causas e, também, das intervenções nos problemas educativos. Para isso foram buscar na literatura argentina as bases teóricas para entender e aplicar os problemas de aprendizagem aqui no Brasil. Depois, nos anos 1980, os problemas de fracasso escolar passaram a ser vistos como problemas de aprendizagem.

Aqui vale falar sobre a diferença da atuação psicopedagógica entre Argentina e Brasil. Na primeira, o profissional de Psicopedagogia tem licença para aplicar os testes, enquanto, no segundo, esse só pode aplicar testes se estiver formação em Psicologia.

[...] embora a psicopedagogia venha passando por diversos percursos, tanto na Argentina como no Brasil, ela propõe a compreender o processo referente às dificuldades de aprendizagem escolar e com a tentativa de transformar a realidade educacional, procurando reunir diversas áreas do conhecimento em uma só, acreditando que poderá, assim, cobrir as lacunas deixadas por elas, principalmente da Psicologia e Pedagogia.⁶⁴

Por meio da citação acima, pode-se abrir uma nova discussão a respeito da atuação do psicopedagogo, pois acredita-se que ele vem com mais preparo ao encontro das dificuldades de aprendizagem, porque tem um olhar de duas áreas importantes do conhecimento que lidam com a aprendizagem humana: a Psicologia e a Pedagogia. Isso facilita o acompanhamento das dificuldades, tendo em vista que uma das preocupações da Psicologia é justamente entender o comportamento humano. Enquanto que a Pedagogia discute métodos e processos de aprendizagem. Pode-se dizer então que a formação em Psicopedagogia precisa ter um olhar para o problema de aprendizagem baseada não só numa atenção ao aluno, mas ao professor e também aos espaços de que o aluno faz parte.

É em função do corpo que é harmônico, que se é harmônico ou rígido, como compulsivo ou abúlico, ágil ou lerdo, bonito ou feio, e com esse corpo se fala, se escreve, se tece, se dança, resumindo é como o corpo que se

⁶⁴ CORDEIRO apud PAÍN, 1992, p. 53 apud FONTES, 2006, p. 82.

aprende. As condições do mesmo sejam constitucionais, herdadas ou adquiridas, favorecem ou atrasam os processos cognitivos e, em especial, os de aprendizagem.⁶⁵

Essa conceituação de Sara Pain, que por sinal de uma poeticidade bem singular, nos faz pensar sobre o ser humano e a dinâmica do processo de aprendizagem dele, “o corpo”. Esse precisa de estímulos, precisa de um olhar especial para que assim o aprender se torne uma ação única para cada indivíduo.

Cordeiro⁶⁶ fala-nos que o conhecimento psicopedagógico não deve se limitar apenas em perceber as deficiências que provocaram o não aprender, mas sim de avaliar a possibilidade do sujeito diante do aprender, pois o esse ato parte de um desejo e o olhar do psicopedagogo tem de ser apurado, ampliado, lúcido e lúdico para o aprendente de sua família e da instituição.

2.2 ABPq – Psicopedagogia e a regulamentação da profissão

Conhecer o código de ética da ABPp⁶⁷ (Associação Brasileira de Psicopedagogia) é de fundamental importância, pois é a partir daí que se pensa na profissão como ocupação para se entender a sua eficácia e a sua eficiência.

No caso da Psicopedagogia, essa eficácia já vem sendo comprovada ao longo de sua existência. Porém, além de eficácia, um outro ponto precisa ser considerado e chamado atenção, que é a responsabilidade e o compromisso por parte dos profissionais que compõem a categoria no sentido de sempre está atualizado com os eventos e avanços de sua área. Para tanto, faz-se importante estar registrado, em se tratando da Psicopedagogia, na Associação Brasileira de Psicopedagogia – ABP, pois é por meio de associados que o fortalecimento do órgão se sustenta e ganha respaldo para o reconhecimento.⁶⁸

Pensar na Psicopedagogia como profissão significa fazer uma reflexão sobre o seu código de ética e o compromisso que cada profissional da área deve ter para que assim a profissão possa ganhar cada vez o seu fortalecimento.

O código de ética da ABPp cria parâmetros que orientam os profissionais da Psicopedagogia no Brasil, apontando, assim, os princípios, as normas e os valores que norteiam o atuar psicopedagógico. Na sequência farei comentários dos

⁶⁵ CORDEIRO apud PAÍN, 1992, p. 53.

⁶⁶ CORDEIRO, 2013, p. 53.

⁶⁷ CÓDIGO DE ÉTICA DA ABPp.

⁶⁸ CORDEIRO, Lendnalva Oliveira. *Teoria e prática da psicopedagogia clínica*. Rio de Janeiro: Walk, 2013. p. 65.

regulamentos da ABPp, sem citá-los; caso o leitor queira lê-los pode procurá-los nos anexos no final deste trabalho.

2.2.1 Dos princípios

O Artigo 1º apresenta o campo de atuação da Psicopedagogia que é em saúde e educação, preocupando, dessa forma, com os processos de aprendizagem e sempre levando em consideração o sujeito, a família, a escola, a sociedade e o contexto sócio-histórico. Para isso, o campo teórico tem como fundamentos diferentes referenciais teóricos. A intervenção psicopedagógica considera o caráter indissociável entre os processos de aprendizagem e as suas dificuldades, tendo em vista que a atuação em saúde e educação se dá considerando o caráter indissociável entre institucional e clínico.

O Artigo 2º apresenta a Psicopedagogia sendo de natureza interdisciplinar e transdisciplinar, pois promove a aprendizagem e contribui para a inclusão escolar e social com instrumentos, método e recursos próprios.

No Artigo 3º são traçados os objetivos da atividade psicopedagógica, entre eles podemos destacar a preocupação em promover a aprendizagem, propor ações diante das dificuldades de aprendizagem, pesquisar e mediar conflitos em relação aos problemas de aprendizagem.

O Artigo 4º trata a respeito da responsabilidade dos profissionais da área na organização, reflexão, elaboração, implantação e execução de projetos que atendam aos problemas de aprendizagem.

2.2.2 Da formação

No Artigo 5º é apresentada a formação a nível de graduação e/ou curso de pós-graduação – especialização “lato sensu” em Psicopedagogia.

2.2.3 Do exercício das atividades psicopedagógicas

O Artigo 6º retrata a condição no exercício da profissão no que diz respeito a direito adquirido pela formação de acordo com o Código de Ética e também dos honorários.

Já os Artigos 7º, 8º e 9º tratam do sigilo profissional que deve proteger as informações do paciente, inclusive documentos que só serão fornecidos a terceiros se houver autorização do próprio avaliado ou de seu representante legal.

No Artigo 10 é pontuado sobre as relações que o profissional em psicopedagogia deve ter com outros profissionais, reconhecendo, assim, os casos que não lhe são cabíveis e aceitando a atuação das demais áreas.

2.2.4 Das responsabilidades

O Artigo 11 trata dos deveres do psicopedagogo, dentre os quais podemos citar: a atualização profissional, manter relações profissionais com outros profissionais, assumir responsabilidades, colaborar com o progresso da profissão, responsabilizar-se pelas intervenções feitas, preservar a identidade da pessoa atendida e manter a harmonia na relação profissional.

2.2.5 Das publicações científicas

O Artigo 12 trata das normas de publicação das pesquisas que, ao fazer uma crítica, a mesma deve ser direcionada ao objeto estudado e não à pessoa, obedecendo às normas da pesquisa científica.

2.2.6 Da publicidade profissional

O Artigo 13 diz respeito à honestidade na divulgação dos serviços psicopedagógicos.

2.2.7 Dos honorários

O Artigo 15 diz respeito aos honorários que devem considerar as condições socioeconômicas da região e o tempo de atendimento.

2.2.8 Da observância e cumprimento do Código de Ética

Os Artigos 16, 17 e 18 apontam a respeito do cumprimento do Código de Ética, a função do Conselho Nacional da ABPp e o poder do conselho em alterar o Código de Ética.

O Artigo 19 faz considerações sobre a elaboração e políticas de validação da profissão.

Diante do que é exposto pelo Código da ABPp pode-se dizer que a Psicopedagoga ainda tem muitos passos a percorrer, inclusive na sua regularização enquanto profissão da área da saúde e da educação. Com isso, tramita hoje no Senado o projeto de Lei (Lei Nº 3.512, de 2008) que apresenta as propostas de regularização da profissão de psicopedagogo.

3 COMPETÊNCIAS NA ATUAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA

Reflexão:

Certa vez ouvi uma mãe dizer: “Preciso de uma psicopedagoga competente, pois a que me atende agora parece não dominar a técnica, apesar de ser bastante comprometida.”

Essa fala causou-me uma inquietação. Pode alguém não dominar os conhecimentos técnicos e ser comprometida? Essa colocação da mãe trouxe certa ambiguidade a respeito do atuar psicopedagógico. E gerou certa reflexão sobre o atuar desse profissional.

Diante das concepções a respeito da psicopedagogia apresentadas nos capítulos anteriores, é preciso fazer uma busca a respeito das principais competências que o psicopedagogo deve possuir para que assim possa atuar nas inter-relações da aprendizagem. O observar, o analisar, o interpretar e o intervir entram como necessidades de apropriação desse profissional da saúde/educação. Resta-nos perguntar: Quais são as competências que esse profissional deve ter para o desenvolvimento de seu papel? Essa pergunta requer um olhar para as diversas concepções teóricas e práticas, assim como também para o compromisso social deste profissional baseado na ética.

Os tópicos seguintes apresentarão algumas competências necessárias para o atuar psicopedagógico, baseadas nas teorias que fecundam o ensinar e o aprender.

3.1 Capacidade de articular as linhas teóricas atuais com outras áreas do conhecimento humano

Aqui é preciso pensar num domínio teórico capaz de articular a complexidade dos pressupostos que norteiam a formação da Psicopedagogia de maneira transdisciplinar.

De grande valia, é elaborarem-se possíveis articulações entre as inter-relações (múltiplas, plurais) encontradas em qualquer campo da existência humana, principalmente se a posição que assumo é a de enfrentar os muitos desafios existentes diante da globalidade. Tais desafios me remetem a pensar na fragmentação do conhecimento, na excessiva especialização, na separação das diferentes disciplinas e nos campos do conhecimento, que, na atualidade, não dão conta das múltiplas dimensões e da

transversalidade presentes nos dilemas enfrentados na nossa
cotidianidade.⁶⁹

Essa colocação do autor faz-nos refletir sobre a importância do atuar em psicopedagogia de maneira transdisciplinar, tendo em vista que o conhecimento é global, e perceber que um conhecimento está interligado ao outro, colocando em desafio a formação do psicopedagogo que se fortalece a partir do momento que esse profissional amplia a sua visão para as diversas vivências humanas em sua totalidade.

Fernández⁷⁰ remete-nos ao que foi dito anteriormente, ao dizer que, para se olhar as problemáticas do sujeito diante da aprendizagem, é preciso vê-lo como unidade interdisciplinar, tendo em vista que o aprender é composto de quatro níveis: orgânico, corporal, intelectual e simbólico (inconsciente). Essa abordagem faz-nos pensar a respeito do olhar para as questões humanas em sua complexidade. Diante disso, mesmo sem uma atuação direta, as particularidades que envolvem o atuar psicopedagógico devem ser compreendidas por ele, mesmo tendo consciência da importância de outras especialidades na intervenção dos problemas de aprendizagem.

Paín⁷¹ mostra-nos que a aprendizagem ocorre no âmbito da cultura. Isso se constitui educação que tem como funções interdependentes as seguintes: função mantenedora da educação, função socializadora da educação, função repressora da educação e função transformadora da educação. Portanto, para a autora, a educação tem um caráter complexo e a aprendizagem pode ser de forma simultaneamente alienante ou libertadora.

Ao pontuar a função que a educação possui como mecanismo para melhorar a vida humana, a autora faz-nos pensar a respeito da importância desse profissional de não ver o conhecimento de forma fragmentada, mas de vê-lo de forma multidisciplinar, tendo em vista, também, a função da educação que é provocar mudanças nas ações humanas. Que não é válido a exclusão e, sim, a inclusão como forma de promover o desenvolvimento humano de todos e para todos.

Articular as linhas teóricas da Psicopedagogia com outras áreas do conhecimento humano implica dizer que

⁶⁹ BEAUCLAIR, 2011, p. 66.

⁷⁰ FERNÁNDEZ, 1991, p. 26.

⁷¹ PAÍN, 1985, p. 11-12.

[...] convém assinalar o alcance da psicopedagogia com relação à intervenção pedagógica específica; o que permite delimitar o terreno de competência do psicólogo dedicado à aprendizagem e o terreno do especialista em Ciências da Educação, que atende às perturbações na aquisição dos processos cognitivos. Este último se preocupa principalmente em construir situações de ensino que possibilitem a aprendizagem, incrementando “Os meios, as técnicas e as instruções adequadas para favorecer a correção da dificuldade que o educando apresenta”.⁷²

A citação acima faz-nos pensar principalmente sobre as duas áreas básicas que fomentam a Psicopedagogia, pois as articulações a respeito do aprender são indispensáveis para a compreensão de como esse sujeito aprende, tendo em vista que a Psicologia se interessa pela cognição que serve de parâmetro para intervir nos problemas de aprendizagem. Por outro lado, as Ciências da Educação preocupam-se com as técnicas que permeiam o contexto da aprendizagem, levando sempre em consideração o sujeito e seu contexto. Pode até parecer uma ação simples articular o conhecimento em Psicopedagogia com as diversas áreas que a formam, mas não é de uma simplicidade tão fácil, pois as condições que cercam o sujeito são complexas. Então ter um entendimento sobre as diversas formas de aprender significa criar condições para desenvolvimento humano a partir das diversas funções que a educação deve promover.

3.2 Entender as condições humanas para se construir a aprendizagem

Para Paín⁷³ a aprendizagem é um efeito articulado por esquemas coincidindo com momentos históricos, ou seja, um organismo, uma etapa genética da inteligência e outras tantas estruturas definem o meio que leva à aprendizagem. Nesse contexto a autora faz-nos pensar a respeito de quatro dimensões da aprendizagem.

a) A dimensão biológica do processo de aprendizagem

A aprendizagem é uma aptidão humana, pois, inicialmente, se instaura no cérebro e é programada a partir de alguns reflexos do instintivo que o indivíduo adquire pela experiência com o contexto em que ele manipula o meio. Assim, teríamos três tipos de conhecimento: o das formas hereditárias (conteúdos programados de antemão); o das formas lógico-matemáticas (constroem-se em

⁷² PAÍN, 1985, p. 13.

⁷³ PAÍN, 1985, p. 16-18.

estádios de equilibração crescente) e os das formas adquiridas em função da experiência (fornecem informações sobre o sujeito e suas propriedades). Ainda vale apontar que do ponto de vista biológico há uma aprendizagem no sentido amplo e outra no sentido restrito. A primeira diz respeito ao desdobramento funcional de uma atividade estruturante; já a segunda permite o conhecimento das particularidades dos objetos.

b) A dimensão cognitiva do processo de aprendizagem

Aqui o desenvolvimento da aprendizagem é estruturado em três dimensões diferentes: a primeira diz respeito ao ensaio que deve ser dirigido e o acerto que se define como o correto; a segunda relaciona-se com a confirmação ou correção das hipóteses, ou seja, é a partir disso que se tem ou não uma acomodação; e a terceira refere-se à aprendizagem estrutural que já é possível ter organizada uma realidade cada vez mais estruturada.

c) A dimensão social do processo de aprendizagem

Na dimensão social os comportamentos são regulados pela cultura. Isso implica dizer que o sujeito histórico é adestrado conforme o que se tem de certo ou errado naquele espaço de convivência. A transmissão da cultura é sempre ideológica.

d) O processo de aprendizagem como função do eu

Nesse sentido a aprendizagem reúne a educação e o pensamento, pois ambos estão relacionados com a compressão da realidade. As interpretações sobre o meio dependem de uma série de fatores internos que se tornam utilizáveis a partir do momento em que o indivíduo precisa deles para compreender os fenômenos que o cercam.

A abordagem da autora remete-nos a pensarmos sobre a busca por um entendimento a respeito da aprendizagem humana, tendo como concepção os diferentes campos da aprendizagem e suas funções contextuais com a aprendizagem que o ser humano adquire. A partir disso é importante ressaltar que o profissional de Psicopedagogia tem uma responsabilidade para com as diferentes formas de aprender, pois elas não se relacionam apenas a uma dimensão, mas sim a um contexto pertencente à história da humanidade.

Em termos mais simples podemos dizer que

A aprendizagem pode ocorrer a partir de circunstâncias fortuitas, como o encontro com certa pessoa, a leitura de um livro, a perda de ente querido, a assistência a determinado filme. Ou pode ocorrer também como consequência de um curso, de uma aula, da realização de um trabalho escolar. A aprendizagem pode se dar a partir de situações totalmente informais, ou pode ser resultado de uma ação planejada e intencional como é o de sala de aula, ou de uma relação pai-filho. Todas as aprendizagens são importantes, porém a sua relevância depende de seu conteúdo e do que significa para o aprendiz – quer dizer, o quanto ela modifica o indivíduo, e em que sentido ela o faz.⁷⁴

A abordagem do autor é bastante pontal porque destaca diversas concepções do processo de aprendizagem humana. Diante disso, o psicopedagogo deve ter um olhar contínuo para os contextos que promovem ou atrapalham a aprendizagem para que assim possa orientar o ato de aprender de forma ativa e dinâmica, levando em consideração as diversas ações dos atores aí envolvidos.

Zanella⁷⁵ apresenta algumas condições necessárias para que a aprendizagem ocorra. Diante delas, é possível destacar que o psicopedagogo precisa ter um olhar para as questões que podem favorecer ou inibir o ato de aprender. São as condições físicas, psicológicas, ambientais e sociais que determinam as relações do ser humano com a aprendizagem.

Ao falar de Inteligência, desejo e corporeidade, vamos nos referir a intercâmbios afetivos, cognitivos com o meio, não só a intercâmbios orgânicos. Que dizer, observamos os intercâmbios simbólicos, os virtuais e especialmente os vínculos de aprendizagem (que supõem a articulação de todos os intercâmbios).⁷⁶

A autora aqui dá uma importância aos “vínculos de aprendizagem” que, de certa forma, levam o indivíduo a ter um maior desenvolvimento a partir dele, pois o indivíduo está presente e faz parte de um meio e esse precisa criar condições (vínculos com outras situações) para que assim a aprendizagem ocorra.

Num olhar interventivo, o psicopedagogo deve ter a competência de olhar para os seres humanos e perceber que todos têm as suas potencialidades para aprender, embora de maneiras diferentes, pois a aprendizagem só é significativa quando o indivíduo percebe a relevância que aquilo que é estudado tem para ele. Outro ponto é justamente perceber que aprender é um ato de mudança e mudança provoca incômodo. Vale ainda falar que o aprender deve estar condicionado a uma

⁷⁴ ROSA, Jorge LA. *Psicologia e Educação o significado de aprender*. Porto Alegre: Edipucrs, 1997. p. 11.

⁷⁵ ZANELLA, Eliane. *Aprendizagem: uma introdução*. Porto Alegre: Edipucrs, 1997. p. 25-28.

⁷⁶ FERNANDEZ, 1991, p. 69.

vivência prática para que assim o sujeito se torne agente da própria ação, ou seja, quando o indivíduo é levado a perceber que ele mesmo pode construir a sua aprendizagem, cria-se a partir daí uma oportunidade de encarar os problemas que o cercam, inclusive aqueles de cunho individual.

3.3 Capacidade de conhecer as diferentes técnicas avaliativas e interventivas que direcionam o trabalho psicopedagógico

A formação continuada em Psicopedagogia é de fundamental importância, tendo em vista que é uma área que abrange educação e saúde. A partir disso, pode-se dizer que o interesse pela pesquisa das práticas clínicas e institucionais deve ser um hábito constante para que assim esse profissional tenha uma formação pautada nas questões humanas em sua totalidade.

A avaliação psicopedagógica é uma ação para que se possa perceber como o sujeito reage diante de um fato a ser aprendido.

Uma avaliação psicopedagógica deveria portanto ter olhar para ver em que contextos e de forma essa ordem e essas transformações internas e externas se manifestam e, se possível, de forma não dirigida, espontânea. Ver assim, como o sujeito lida com os imprevistos do percurso que põem em risco essa ordem; ver como se utiliza de dados registrados em situações anteriores para resolver problemas atuais: se age com flexibilidade e autonomia, ou não.⁷⁷

Essa colocação anterior aponta para o tamanho da responsabilidade que o psicopedagogo deve ter no momento de usar as ferramentas de avaliação psicopedagógica, pois o sujeito neste momento não é “único” e, sim, complexo devido ao contexto de que ele faz parte. A história desse sujeito, as suas relações e a sua forma de ver o mundo, entre outras situações, entram como pontos demarcadores da sua identidade e de suas relações com ato de aprender.

O conhecimento o possui o Outro, e só pode ser adquirido de maneira indireta; ao contrário, o saber, que é uma construção pessoal e outorga possibilidade de uso, está relacionado com o fazer, com encarnar o conhecimento de acordo com os caracteres pessoais.⁷⁸

A autora deixa evidente aqui, na abordagem sobre a avaliação psicopedagógica com o jogo, a diferença entre conhecimento e saber. O primeiro

⁷⁷ OLIVEIRA, V. B.; BOSSA, N. A. *Avaliação psicopedagógica da criança de zero a seis anos de idade*. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 15.

⁷⁸ FERNANDEZ, 1991, p. 165.

relaciona-se com o sujeito na interação com o outro, ou seja, se formos aqui ver a função do psicopedagogo como interventor no processo de aprendizagem diríamos que ele tem a responsabilidade de instigar as curiosidades do sujeito para o ato de construir o conhecimento, tendo em vista que ele não está nesse sujeito, mas numa extensão do outro. Já o segundo entra como o resultado, o saber, aquilo que integra o sujeito e suas ações diante do conhecimento - é uma construção individual. Essa concepção de saber define o ser e suas interpretações sobre o mundo real.

Os interesses ou motivações que constituem o motor das condutas de aprendizagem encontram-se referidos a objetos e a ações que com eles se possam realizar. Por outro lado, devo dizer que diferentes objetos requerem condutas similares por parte de um indivíduo: assim, por exemplo, de um certo ponto de vista, ler uma revista, um livro de receitas culinárias, um manual de xadrez ou um livro de leituras escolares requerem todos os casos ler, e ao mesmo tempo, pode satisfazer a diferentes interesses de acordo com o material. Quando um indivíduo apresenta resistência a sistema defensivo que nos permite nela penetrar para operar.⁷⁹

Essa colocação do autor aponta para uma competência do psicopedagogo na hora de fazer intervenções de aprendizagem, principalmente no ato avaliativo, que é o entendimento a respeito da aprendizagem sabendo que relaciona a motivações individuais, mostrando dessa forma que não existe apenas um caminho a ser percorrido, mas diversos. A complexidade de se adquirir o conhecimento não é única, mas perpassa as dimensões individuais dos sujeitos a partir de um interesse por ele construído.

Bossa⁸⁰ fala-nos sobre a prática psicopedagógica como um lugar privilegiado, pois é preciso observar as relações entre as estruturas cognitivas e simbólicas ao nível do desejo. Isso implica dizer que o não conhecer pode estar está ligado a uma necessidade ou um desejo de conhecer, ou seja, para se conhecer é preciso que um desejo esteja vivo. Esse deve ser preenchido por uma percepção e por uma necessidade de ser que está inserido num contexto.

Em qualquer dinâmica avaliativa ou interventiva que envolva os problemas de aprendizagem é preciso ter como pressupostos o sujeito e suas relações subjetivas com o mundo de que ele faz parte. Esse mundo, muitas vezes, pode ser visto por ele como injusto, tendo em vista que a aprendizagem é um ato que é instigado por outro e, que muitas vezes, pode se apresentar como um caminho

⁷⁹ VISCA, Jorge. Clínica Psicopedagógica: Epistemologia Convergente. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987. p. 30.

⁸⁰ BOSSA, 2011, p. 7.

doloroso para quem procura adquiri-lo. Por isso, o psicopedagogo não deve ter uma única forma de intervenção, mas várias. Essas de acordo com a necessidade de cada um, tendo em vista que “A inteligência e o desejo partem de uma indiferenciação em direção a uma maior diferenciação para uma melhor articulação.”⁸¹

Quando a construção da aprendizagem se desenvolve normalmente, a busca do conhecimento funciona em situações abertas e fechadas que se alternam até possibilitar a estabilização das condutas aprendidas. Os problemas de aprendizagem vão ser observados quando as situações permanecem totalmente abertas e fechadas. A relação totalmente aberta com o objeto a ser conhecido cria uma relação de temor, gerando ansiedades e angústias básicas. O do aluno (aprendente) que não avança na construção do conhecimento pode apresentar condutas estereotipadas e regressivas. São frequentes os casos de crianças que se recusam a aprender, ou seja, a “crescer”, permanecendo em condutas regredidas nas classes de pré-escola e de alfabetização sem se apossarem dos novos conhecimentos que lhe são oferecidos.⁸²

Esse olhar para as questões abertas ou fechadas de aprendizagem precisa ser compreendido pelos psicopedagogos, para que assim se possa entender que o pensar, o sentir, o falar e o agir do aprendente são marcas de uma ação positiva ou negativa dele diante do mundo que o cerca.

Beauclair⁸³ aponta a necessidade de fazer com que o sujeito aprendente estabeleça com outros sujeitos e com o meio seus significados para o aprender, sem esquecer as relações que o sujeito estabelece com mundo de acordo com as suas condições sociais e culturais. Portanto, o campo de estudo da Psicopedagogia deve ter como foco o ato de aprender e ensinar, considerando sempre os aspectos da realidade interna e externa da aprendizagem com o intuito de entender as dimensões sociais, subjetivas, afetivas e cognitivas. Diante disso, pode-se dizer que aprendizagem é um ato complexo, tendo em vista as diversas potencialidades humanas diante do aprender.

Não importa o caminho ou o método usado para intervir num problema de aprendizagem. O importante é o psicopedagogo entender como o sujeito aprende e se comporta diante de uma situação de aprendizagem. Para isso, é preciso um olhar

⁸¹ FERNANDEZ, 1991, p. 75.

⁸² WEISS, Maria Lucia Lemme. *Psicopedagogia clínica: uma visão diagnóstica*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992. p. 6.

⁸³ BEAUCLAIR, João. *Para entender psicopedagogia: perspectiva atuais, desafios futuros*. 3. ed. Rio de Janeiro: Walk, 2009. p. 51.

atento para o tipo de intervenção que será utilizado para ajudar qualquer aprendiz a se desenvolver.

3.4 Ter compromisso ético e político com a Educação

Pensar no compromisso ético e político do psicopedagogo implica pensar num conjunto de ações voltadas para o outro. Isso quer dizer que a prática profissional deve ser pautada na busca pela mudança do contexto social para que assim os indivíduos possam se desenvolver de acordo com a potencialidade de cada um.

A competência vinculada ao compromisso ético e político expresso aqui me faz pensar nas competências profissionais como a maneira com a qual estabeleço elos de sensibilidade, afeto e cumplicidade entre o meu “eu” e os outros “eus”. Assim, percebo que os aspectos, como orientação, improvisação, intuição e amorosidade acabam por estarem colocados no campo da complexidade do humano. Tomar consciência destes aspectos é uma enorme responsabilidade profissional para o psicopedagogo, pois suas ações clínicas e institucionais, em sua prática cotidiana, não dependem apenas das suas próprias tomadas de decisão, mas também de contextos de determinação e influência.⁸⁴

Falar de compromisso ético e político em atuação psicopedagógica significa criar uma postura moral capaz de pensar no outro como uma responsabilidade “minha”, pois um ato de aprender não é simples, mas complexo, tendo em vista que envolve toda a história de um sujeito. Então, diante disso, ter obrigação moral, ética e atitude política é promover ações que devem permear o atuar psicopedagógico, assim, não fazendo dele um ato isolado, mas uma ação pautada no compartilhar com intuito de promover aprendizagem.

Beauclair⁸⁵ diz que o profissional de Psicopedagogia ao se comprometer com a busca por essa competência profissional aplica suas possibilidades de crescimento e colabora para a melhoria da educação e do próprio ser humano.

O código de ética da Associação Brasileira de Psicopedagogia (ABPp) estabelece parâmetros capazes de orientar o atuar psicopedagógico pautados numa ética que valoriza no processo de aprendizagem os princípios da Psicopedagogia que são pautados na visão da relação do sujeito com a família, a escola, a sociedade e o contexto sócio-histórico. Isso implica dizer que a responsabilidade do

⁸⁴ BEAUCLAIR, 2009, p.75.

⁸⁵ BEAUCLAIR, 2011, p. 79.

psicopedagogo é baseada no compromisso com as questões que envolvem a inclusão do sujeito no mundo do conhecimento.

Então pensar numa competência como princípio ético e político da educação implica também buscar

[...] no necessário movimento de estar atuando em prol de uma consciência e postura humanística, devemos, nos nossos espaços e tempos de inserções, adotar uma postura de facilitação às percepções subjetivas e intersubjetivas.⁸⁶

O psicopedagogo, mesmo tendo uma atuação em saúde e educação, deve ser um profissional preocupado com a construção de indivíduos críticos e participativos, tendo em vista a criação e a recriação de saberes capazes de direcionar a aprendizagem para um caminho que transforma as vivências humanas. Essa responsabilidade diz respeito também à ação preventiva, pois, ao ter esse cuidado, esse profissional atua com intervenções capazes de inseri-los no mundo. Nesse sentido há uma ação ética e política, porque o psicopedagogo age com um ato preventivo diante de uma situação que poderia excluir o sujeito ou deixá-lo frustrado.

3.5 Dominar os diversos instrumentos avaliativos para um diagnóstico eficaz

Weiss⁸⁷ afirma que todo diagnóstico psicopedagógico é uma investigação a respeito do que vai bem com o sujeito em relação a uma conduta esperada. Diante disso, não se pretende classificar o sujeito em categorias nosológicas, mas ter uma compreensão global da forma que esse sujeito aprende e dos desvios que estão nesse processo. Para isso, busca-se a unidade, a coerência e a integração para um resultado eficaz.

Fernandez⁸⁸, ao tratar das especificidades do diagnóstico psicopedagógico, aponta que, para se chegar a uma conclusão a respeito da existência de problemas (patologias) de aprendizagem (sintoma – inibição – transtorno de aprendizagem reativa), mesmo sabendo que a maioria desses instrumentos tenham sido estruturados e estudados pela Psicologia, tendo como função o estudo da personalidade, mas apresentam suas particularidades. Para isso, a autora lança

⁸⁶ BEAUCLAIR, 2009, p. 98.

⁸⁷ WEISS, 1992, p. 14.

⁸⁸ FERNANDEZ, 1991, p. 38.

algumas interrogações que devem estar presentes no diagnóstico psicopedagógico com crianças e adolescentes.

- 1) Com que recurso conta para aprender?
- 2) O que significa o conhecimento e o aprender no imaginário do sujeito e da família?
- 3) Que papel foi-lhe designado por seus pais em relação ao aprender?
- 4) Qual é sua modalidade de aprendizagem?
- 5) Qual a posição do sujeito frente ao não dito, ao oculto, ao secreto?
- 6) Qual função tem o não aprender para ele e para seu grupo familiar?
- 7) Qual é o significado da operação particular que constitui o sintoma?
- 8) Como aprende e não aprende?
- 9) O não aprender responde a um sintoma, ou é uma resposta reativa ao meio socioeducativo?

Essas perguntas da autora servem de parâmetro para se identificar o porquê do sujeito não aprender. Diante disso, ela aponta que “O que tentamos encontrar é a relação particular do sujeito com o conhecimento e o significado do aprender”.⁸⁹

Uma avaliação se constrói na obtenção e integração de um número de informações significativas que podemos obter da criança, de sua dinâmica familiar, de sua escola. Esses dados podem algumas vezes ser colhidos de modo informal através da observação da criança em situações diversas como, por exemplo, como ela ao consultório pela primeira vez e nas demais, como se porta frente à mãe, ao pai, e aos irmãos, como se separa e se reencontra com a mãe, e assim por diante. Da mesma forma, é importante que se observe e se sinta a mãe em diversas situações, principalmente em relação à criança. Observar a forma como se refere à escola, manifestando confiança e abertura, ou insegurança e rivalidade. Procurar ver se apresenta uma atitude controladora em relação à criança, à professora e até a nós, se proteja ansiedades suas na criança, procurando afirmar-se através da realização escolar do filho, ou busca superprotegê-lo, dificultando seu crescimento a fim de se afirmar-se como mãe. A superproteção também pode manifestar uma rejeição velada, manifesta de forma oposta, compensatória. Assim, a mãe que não aceita uma dificuldade do filho, que muitas vezes é visto como prolongamento ou propriedade sua, nega essa dificuldade. Na realidade, ela está negando à criança o próprio direito de agir, pois, ao superprotegê-la, age por ela.⁹⁰

⁸⁹ FERNANDEZ, 1991, p. 39.

⁹⁰ OLIVEIRA, Vera Barros de. *Avaliação cognitiva do adolescente: uma proposta sintático-semântica*. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 49.

Essa colocação de Oliveira faz-nos pensar sobre as ações do psicopedagogo diante de um problema de aprendizagem, pois, nesse caso, o indivíduo nunca pode ser visto como um ser isolado que é responsável pelo seu próprio fracasso escolar, mas é preciso pensar num contexto que pode possibilitar ou não o seu desenvolvimento.

Ainda em relação às intervenções psicopedagógicas pode-se dizer que

Não há um modelo “certo” a ser seguido, uma sequência padronizada; é a própria análise da observação da criança que nos orienta quanto ao mecanismos e conteúdos a serem melhor pesquisados. O que flui e o que está mais inibido ou desorganizado em seu processo de aprendizagem.⁹¹

Essa citação remete-nos à ideia de que os problemas de aprendizagem são complexos e que fazer intervenções neles exige um olhar para o significado de aprender que o sujeito possui. É preciso pensar também na organização de uma equipe multidisciplinar para que assim a intervenção não fique apenas num campo de conhecimento, mas que também com outras abordagens possa dar respostas à problemática da aprendizagem.

O tratamento psicopedagógico adquire sentido na ação institucional. Isto permite uma rápida orientação destinada aos pais, seja para seu ingresso em um grupo, seja para uma terapia familiar ou de casal; garante um bom controle do aspecto orgânico e neurológico; oferece a possibilidade de diálogo quando o paciente recebe mais de uma atenção e assegura a complementação integrada de outras técnicas pedagógicas, sejam elas expressivas, ocupacionais, etc. Permite especialmente consolidar uma boa equipe de trabalho na qual se verifique a teoria e as técnicas sobre a base de um intercâmbio de experiências, na qual possa haver especializações quanto à programação e à informação, na qual possa confeccionar-se material comum de estimulação e, por fim, na qual novos profissionais possam aprender a adquirir prática.⁹²

Conforme Paín, na citação anterior, é possível dizer que o trabalho psicopedagógico exige ação em equipe, na medida em que se busca alternativas em grupo para que assim o olhar sobre o problema de aprendizagem possa ser assegurado por intervenções capazes de inserir o sujeito num contexto que ele se sinta seguro.

Pensar em competências no âmbito do conhecimento e da aplicação dos processos de intervenção psicopedagógica implica pensar que “as operações

⁹¹ OLIVEIRA, 2011, p. 49.

⁹² PAIN, Sara. *Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem*. Porto Alegre: Artmed, 1985. p. 75.

cognitivas são complexas”.⁹³ Diante disso o olhar interventivo não deve ter um único foco, mas, sim, um olhar global para o contexto do sujeito.

⁹³ FERNANDEZ apud PAIN, 1991, p. 42.

CONCLUSÃO

Na conclusão deste trabalho dissertativo faz-se necessário pontuar algumas reflexões a respeito do ato psicopedagógico a partir de uma inter-relação com o estudo das competências. Pensar em Psicopedagogia significa pensar em novas posturas interventivas no contexto de ensino e aprendizagem, tendo um olhar para as dimensões humanas e entendendo que a aprendizagem é um ato complexo.

Diante disso é preciso pensar em competências no âmbito profissional e procurar, de certa forma, definições que interliguem o interesse não só do profissional de Psicopedagogia, mas também de quem precisa das intervenções desse profissional.

Um objetivo de formação é uma meta, uma intenção cuja realização é incerta e desigual em função das escolas e dos alunos. Portanto, o enunciado dos objetivos de um curso não poderá, de forma alguma, ser uma descrição das aquisições reais dos alunos. Deverá ser uma referência que permitirá medir a progressão das aprendizagens e, assim, saber se o trabalho de formação atingiu a sua meta. Ninguém deveria ensinar sem visar objetivos explícitos e precisos o bastante para orientar a ação e permitir que se saiba se foram, ou não, provocadas as aprendizagens almejadas⁹⁴

A referência anterior faz pensar sobre o propósito que toda ação educativa precisa promover, mas sem deixar de lado objetivos capazes de promover aprendizagens. Pensar em competências, dessa forma, implica ver o ato educativo como um sistema organizado em que as intervenções são feitas a partir de princípios pensados com o intuito de promover o desempenho pessoal de cada aprendente.

Rios⁹⁵ fala-nos que o desenvolvimento de competências deve partir de dois pressupostos: o técnico e o político. O primeiro relaciona-se com o fazer bem com o que foi aprendido na escola; o segundo, como ação que promove mudanças de postura no sujeito. Isso implica pensar que o conhecimento não se relaciona apenas em ter atitudes no âmbito profissional, mas também em ter uma postura crítica e atuante no espaço em que atua, ou seja, a percepção de que o outro é uma extensão minha e que eu sou, de certa forma, responsável por ele.

A Psicopedagogia tem a sua história marcada por uma preocupação pautada num olhar e numa escuta sobre o sujeito para que assim se possa perceber como esse indivíduo lida com o ambiente de que ele faz parte.

⁹⁴ PERRENOUD, 2013, p. 75.

⁹⁵ RIOS, 2011, p. 46-47.

A intervenção psicopedagógica no primeiro momento da relação com o paciente supõe escutar-olhar e nada mais. Escutar não é sinônimo de ficar em silêncio, assim como olhar não é de ter olhos abertos. Escutar é receber, aceitar, abrir-se, permitir, impregnar-se. Olhar é seguir, procurar, incluir-se interessar-se, acompanhar.⁹⁶

Vale aqui pontuar que pensar em intervenção psicopedagógica significa ter uma percepção sobre o outro, pautada na ideia de que o próprio sujeito é protagonista de sua aprendizagem. Por isso ter uma escuta e um olhar para as dimensões desse ser é a forma mais adequada de captar mensagens de seu mundo. Fazendo dessa forma, a intervenção é mais significativa.

O conhecimento psicopedagógico não se limita ou delimita-se nos déficits ou alterações subjetivas do aprendente e do aprender, mas avalia a possibilidade do sujeito, a disponibilidade afetiva de saber e de fazer, reconhecendo que o saber é próprio do sujeito. Não se trata de ajudar o paciente para que confesse o importante, mas dar importância a tudo que ele confesse.⁹⁷

Fernandez⁹⁸ chama atenção para o ato de aprender; segundo ela, é preciso pensar no mostrar e no guardar. Nesse sentido, não é válido pensar apenas no mostrar, mas também no guardar quando se fala da postura do sujeito com a ação de aprender.

As discussões feitas sobre a atuação psicopedagógica mostram a importância de um olhar para os contextos da aprendizagem, tendo em vista que ensinar e aprender são dimensões complexas. Diante disso é preciso pensar numa atuação baseada numa formação contínua em que o próprio profissional tenha a sua própria filosofia de atuação marcada pelo entendimento de “um corpo que fala”, como afirma Sara Paín.⁹⁹

Para finalizar é preciso dizer que o psicopedagogo deve ser o profissional capaz de observar e analisar o comportamento de qualquer sujeito, tendo como fundamento o pressuposto de que o ser humano é biopsicossocial. As intervenções psicopedagógicas só ganham reforço positivo quando o profissional desta área entende esse princípio.

⁹⁶ CORDEIRO, 2013, p. 51.

⁹⁷ CORDEIRO, 2013, p. 53.

⁹⁸ FERNANDEZ, 1991, p. 101.

⁹⁹ PAÍN apud CORDEIRO, 2013, p. 52.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOPEDAGOGIA - ABPp. *Código de ética da psicopedagogia*. São Paulo. ABPq, 2011. Disponível em: <http://www.abpp.com.br/leis_regulamentacao_etica.htm>. Acesso em: 20 ago. 2014.
- BEAUCLAIR, João. *Para entender psicopedagogia: perspectiva atuais, desafios futuros*. 3. ed. Rio de Janeiro: Walk, 2009.
- BEAUCLAIR, João. *Psicopedagogia: trabalhando competências, criando habilidades*. 4. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2011.
- BOSSA, Nadia Aparecida. *A Psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática*. 4. Ed. Rio de Janeiro: Wak, 2011.
- CORDEIRO, Lendnalva Oliveira. *Teoria e prática da psicopedagogia clínica*. Rio de Janeiro: Walk, 2013.
- FERNANDEZ, Alícia. *A inteligência aprisionada: abordagem clínica da criança e sua família*. Porto Alegre: Artmed, 1991.
- FELIX, Fabíola Angarten; NAVARRO, Elaine Cristina. Habilidades e competências: Novos saberes educacionais e a postura do professor. *Revista interdisciplinar*. Univar, 2009.
- FONTES, Marisa Aguetoni. *Psicopedagogia e sociedade: história, concepções e contribuições*. 1. ed. São Paulo: Vetor, 2006.
- OLIVEIRA, Vera Barros de. *Avaliação cognitiva do adolescente: uma proposta sintático-semântica*. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- OLIVEIRA, V. B.; BOSSA, N. A. *Avaliação psicopedagógica da criança de zero a seis anos de idade*. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- _____. *Avaliação psicopedagógica da criança de sete a onze anos de idade*. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2011a.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da Aprendizagem componente do ato pedagógico*. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- PAIN, Sara. *Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem*. Porto Alegre: Artmed, 1985.
- PERRENOUD, Philippe. *Desenvolver Competências ou ensinar saberes? A escola que prepara para a vida*. Tradução: Laura Solange Pereira; revisão técnica: Maria da Graça Sousa Horn, Heloisa Schaan Solassi. Porto Alegre: Penso, 2013.
- RIOS, Teresinha Azerêdo. *Ética e Competência*. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- ROSA, Jorge LA. *Psicologia e Educação o significado de aprender*. Porto Alegre:

Edipucrs, 1997.

VISCA, Jorge. Clínica Psicopedagógica: Epistemologia Convergente. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

WEISS, Maria Lucia Lemme. *Psicopedagogia clínica: uma visão diagnóstica*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

ZABALA, Antoni; ARNAU, Laia. *Como aprender e ensinar competências*. Porto Alegre: Artmed, 2010.

ZANELLA, Eliane. *Aprendizagem: uma introdução*. Porto Alegre: Edipucrs, 1997.

ZARIFIAN, P. *Le modèle de la compétence*. Paris: Liaisons, 2001.

ANEXO I

Código de ética do psicopedagogo

Reformulado pelo Conselho da ABPp, gestão 2011/2013 e aprovado em Assembleia Geral em 5/11/2011

O Código de Ética tem o propósito de estabelecer parâmetros e orientar os profissionais da Psicopedagogia brasileira quanto aos princípios, normas e valores ponderados à boa conduta profissional, estabelecendo diretrizes para o exercício da Psicopedagogia e para os relacionamentos internos e externos à ABPp – Associação Brasileira de Psicopedagogia.

A revisão do Código de Ética é prevista para que se mantenha atualizado com as expectativas da classe profissional e da sociedade.

Capítulo I – Dos princípios

Artigo 1º

A Psicopedagogia é um campo de atuação em Educação e Saúde que se ocupa do processo de aprendizagem considerando o sujeito, a família, a escola, a sociedade e o contexto sócio-histórico, utilizando procedimentos próprios, fundamentados em diferentes referenciais teóricos.

Parágrafo 1º

A intervenção psicopedagógica é sempre da ordem do conhecimento, relacionada com a aprendizagem, considerando o caráter indissociável entre os processos de aprendizagem e as suas dificuldades.

Parágrafo 2º

A intervenção psicopedagógica na Educação e na Saúde se dá em diferentes âmbitos da aprendizagem, considerando o caráter indissociável entre o institucional e o clínico.

Artigo 2º

A Psicopedagogia é de natureza inter e transdisciplinar, utiliza métodos, instrumentos e recursos próprios para compreensão do processo de aprendizagem, cabíveis na intervenção.

Artigo 3º

A atividade psicopedagógica tem como objetivos:

- a) promover a aprendizagem, contribuindo para os processos de inclusão escolar e social;
- b) compreender e propor ações frente às dificuldades de aprendizagem;
- c) realizar pesquisas científicas no campo da Psicopedagogia;
- d) mediar conflitos relacionados aos processos de aprendizagem.

Artigo 4º

O psicopedagogo deve, com autoridades competentes, refletir e elaborar a organização, a implantação e a execução de projetos de Educação e Saúde no que concerne às questões psicopedagógicas.

Capítulo II – Da formação

Artigo 5º

A formação do psicopedagogo se dá em curso de graduação e/ou em curso de pós-graduação – especialização “lato sensu” em Psicopedagogia, ministrados em estabelecimentos de ensino

devidamente reconhecidos e autorizados por órgãos competentes, de acordo com a legislação em vigor.

Capítulo III – Do exercício das atividades psicopedagógicas

Artigo 6º

Estarão em condições de exercício da Psicopedagogia os profissionais graduados e/ou pós-graduados em Psicopedagogia – especialização “lato sensu” - e os profissionais com direitos adquiridos anteriormente à exigência de titulação acadêmica e reconhecidos pela ABPp. É indispensável ao psicopedagogo submeter-se à supervisão psicopedagógica e recomendável processo terapêutico pessoal.

Parágrafo 1º

O psicopedagogo, ao promover publicamente a divulgação de seus serviços, deverá fazê-lo de acordo com as normas do Estatuto da ABPp e os princípios deste Código de Ética.

Parágrafo 2º

Os honorários deverão ser tratados previamente entre o cliente ou seus responsáveis legais e o profissional, a fim de que:

- a) representem justa contribuição pelos serviços prestados, considerando condições socioeconômicas da região, natureza da assistência prestada e tempo despendido;
- b) assegurem a qualidade dos serviços prestados.

Artigo 7º

O psicopedagogo está obrigado a respeitar o sigilo profissional, protegendo a confidencialidade dos dados obtidos em decorrência do exercício de sua atividade e não revelando fatos que possam comprometer a intimidade das pessoas, grupos e instituições sob seu atendimento.

Parágrafo 1º

Não se entende como quebra de sigilo informar sobre o cliente a especialistas e/ou instituições, comprometidos com o atendido e/ou com o atendimento.

Parágrafo 2º

O psicopedagogo não revelará como testemunha, fatos de que tenha conhecimento no exercício de seu trabalho, a menos que seja intimado a depor perante autoridade judicial.

Artigo 8º

Os resultados de avaliações só serão fornecidos a terceiros interessados, mediante concordância do próprio avaliado ou de seu representante legal.

Artigo 9º

Os prontuários psicopedagógicos são documentos sigilosos cujo acesso não será franqueado a pessoas estranhas ao caso.

Artigo 10

O psicopedagogo procurará desenvolver e manter boas relações com os componentes de diferentes categorias profissionais, observando para esse fim, o seguinte:

- a) trabalhar nos estritos limites das atividades que lhe são reservadas;
- b) reconhecer os casos pertencentes aos demais campos de especialização, encaminhando-os a profissionais habilitados e qualificados para o atendimento.

Capítulo IV – Das responsabilidades

Artigo 11

São deveres do psicopedagogo:

- a) manter-se atualizado quanto aos conhecimentos científicos e técnicos que tratem da aprendizagem humana;
- b) desenvolver e manter relações profissionais pautadas pelo respeito, pela atitude crítica e pela cooperação com outros profissionais;
- c) assumir as responsabilidades para as quais esteja preparado e nos parâmetros da competência psicopedagógica;
- d) colaborar com o progresso da Psicopedagogia;
- e) responsabilizar-se pelas intervenções feitas, fornecer definição clara do seu parecer ao cliente e/ou aos seus responsáveis por meio de documento pertinente;
- f) preservar a identidade do cliente nos relatos e discussões feitos a título de exemplos e estudos de casos;
- g) manter o respeito e a dignidade na relação profissional para a harmonia da classe e a manutenção do conceito público.

Capítulo V – Dos instrumentos

Artigo 12

São instrumentos da Psicopedagogia aqueles que servem ao seu objeto de estudo – a aprendizagem. Sua escolha decorrerá de formação profissional e competência técnica, sendo vetado o uso de procedimentos, técnicas e recursos não reconhecidos como psicopedagógicos.

Capítulo VI – Das publicações científicas

Artigo 13

Na publicação de trabalhos científicos deverão ser observadas as seguintes normas:

- a) as discordâncias ou críticas deverão ser dirigidas à matéria em discussão e não ao seu autor;
- b) em pesquisa ou trabalho em colaboração, deverá ser dada igual ênfase aos autores e seguir normas científicas vigentes de publicação. Em nenhum caso o psicopedagogo se valerá da posição hierárquica para fazer publicar, em seu nome exclusivo, trabalhos executados sob sua orientação;
- c) em todo trabalho científico devem ser indicadas as referências bibliográficas utilizadas, bem como esclarecidas as ideias, descobertas e as ilustrações extraídas de cada autor, de acordo com normas e técnicas científicas vigentes.

Capítulo VII – Da publicidade profissional

Artigo 14

Ao promover publicamente a divulgação de seus serviços, deverá fazê-lo com exatidão e honestidade.

Capítulo VIII- Dos honorários

Artigo 15

O psicopedagogo, ao fixar seus honorários, deverá considerar como parâmetros básicos as condições socioeconômicas da região, a natureza da assistência prestada e o tempo despendido.

Capítulo IX – Da observância e cumprimento do Código de Ética

Artigo 16

Cabe ao psicopedagogo cumprir este Código de Ética.

Parágrafo único

- Constitui infração ética:

- a) utilizar títulos acadêmicos e/ou de especialista que não possua;
- b) permitir que pessoas não habilitadas realizem práticas psicopedagógicas;
- c) fazer falsas declarações sobre quaisquer situações da prática psicopedagógica;
- d) encaminhar ou desviar, por qualquer meio, cliente para si;
- e) receber ou exigir remuneração, comissão ou vantagem por serviços psicopedagógicos que não tenha efetivamente realizado;
- f) assinar qualquer procedimento psicopedagógico realizado por terceiros, ou solicitar que outros profissionais assinem seus procedimentos.

Artigo 17

Cabe ao Conselho Nacional da ABPp zelar, orientar pela fiel observância dos princípios éticos da classe e advertir infrações se necessário.

Artigo 18

O presente Código de Ética poderá ser alterado por proposta do Conselho Nacional da ABPp, devendo ser aprovado em Assembleia Geral.

Capítulo X – Das disposições gerais

Artigo 19

O Código de Ética tem seu cumprimento recomendado pelos Conselhos Nacional e Estaduais da ABPp.

O presente Código de Ética foi elaborado pelo Conselho Nacional da ABPp do biênio 1991/1992, reformulado pelo Conselho Nacional do biênio 1995/1996, passa por nova reformulação feita pelas Comissões de Ética triênios 2008/2010 e 2011/2013, submetida para discussão e aprovado em Assembleia Geral em 05 de novembro de 2011.

Quézia Bombonato

Presidente do Conselho Nacional da ABPp

Presidente Nacional da ABPp - Gestão 2008/2010 e 2011/2013